**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) Nº 2005/2026**

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 - A COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por Lote, sob regime de empreitada por Preço Unitário para **Registro de preços para prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO,** devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral das Lei Federal nº 13.303/2016 regulamentada pelo Decreto Rio nº 44.698/2018 c/c Lei Federal nº 14.133/2021, observados os aspectos procedimentais pelo Decreto Rio nº 51.078/2022, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC-RIO (MOBI-Rio), disponibilizado na página desta na *internet*, pelos Decretos Municipais n° 23.957/04 e 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, pela Lei Complementar nº 235/21, pelos Decretos Municipais nº 27.715/07, 31.349/09, 43.612/17, com suas alterações posteriores, pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337- E a 337- P do Código Penal, na forma do art. 185 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico http://www.compras.gov.br, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimento originais, exceto, quanto aos prazos, quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico http://www.compras.gov.br podendo, alternativamente, obtê-lo em meio magnético ou adquiri-lo em via impressa, mediante o pagamento da reprodução gráfica do Edital e seus anexos.

1.6.1 – O pagamento referido acima deverá ser feito por depósito em espécie na **Conta Corrente** nº 296.001-4, da **Agência** 2234, do **Banco do Brasil S. A.**, de titularidade da **COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio)**, durante o horário de atendimento bancário. Neste caso, quando da retirada do Edital, a empresa deverá apresentar cópia do recibo bancário constando a sua denominação ou razão social, o seu número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e o número deste Edital.

1.7 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico pregoeiro.mobirio@gmail.com .

1.7.1 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

1.8 - Os interessados poderão formular impugnações até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: pregoeiro.mobirio@gmail.com .

1.8.1 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 - A impugnação não possui efeito suspensivo.

1.8.2.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

1.8.3 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.8.4 - Os pedidos de esclarecimento e/ou impugnações encaminhadas pelo endereço eletrônico deverão especificar no assunto do e-mail, se é hipótese de esclarecimento e/ou impugnação, e o número do Pregão, da seguinte forma: ESCLARECIMENTO PE–Nº 90XXX/2026 ou IMPUGNAÇÃO PE–Nº 90XXX/2026.

1.8.5-Caso o e-mail não esteja identificado na forma do item 1.8.4, a Comissão de Licitação poderá deixar de responder por ausência de identificação do procedimento licitatório, requisito obrigatório, para análise da equipe do pregão correspondente.

1.9 - A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## 2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização da Ilma. Senhora Diretora Presidente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC-Rio (MOBI-Rio), constante do Processo Administrativo nº 007300.002079/2026-15, de 24/09/2026, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 01/10/2026.

## 3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 30 de novembro de 2026, às 11:00 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) Nº 2005/2026, no endereço eletrônico: http://www.compras.gov.br.

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## 4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é para **Registro de preços para prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO,** conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

## 5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à contratação dos serviços do objeto ora licitado correrão à conta do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

5.2 – O valor estimado da licitação será sigiloso, em atendimento ao que dispõe o art. 45 do Decreto Municipal 44.698/2018 e na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio).

## 6. TIPO DE LICITAÇÃO

6.1 – A presente licitação é do tipo menor preço por lote, no modo de disputa aberto e fechado.

## 7. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III.

7.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

7.3 – O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a

Administração Pública. (Redação dada pela Portaria MOBI-Rio “N” Nº 002, Rio de Janeiro, de 25 de março de 2026).

**8. PRAZOS**

8.1 – O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura da Ordem de Execução de Serviços e, em caso de formalização de contratos, contados a partir da Ordem de Início encaminhada pela CONTRATANTE.

8.1.1. Os serviços deverão ser prestados em períodos contínuos de 24 horas, nos dias úteis, feriados, sábados e domingos.

8.1.2.O prazo de início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços pela CONTRATANTE.

8.1.2.1. Na hipótese de alteração relevante do planejamento das atividades, inclusive por reestruturação do serviço, suspensão, descontinuidade de linhas ou extinção do modelo operacional que fundamenta a utilização dos bens objeto deste contrato, ou ainda caso seja revogada, extinta ou modificada a delegação conferida à CONTRATANTE, esta poderá promover a rescisão unilateral, mediante simples comunicação à Contratada, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias. Nessa hipótese, a rescisão limitar-se-á ao pagamento proporcional correspondente aos serviços efetivamente executados até a data indicada para o encerramento contratual.

8.2 - O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos do Decreto Municipal n.º 44.698/18 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio).

8.2.1 – No caso de serviços continuados, o contrato poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, na forma do Decreto Municipal n.º 44.698/18 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio).

8.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

8.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

**9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

9.1 – Poderão participar da presente licitação todas as microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Provedor do Sistema, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia ((http://www.compras.gov.br.)

9.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

9.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

9.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

9.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

9.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9.7 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 14.

9.8 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

I - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança será da empresa brasileira;

II - as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o(a) _____ [órgão ou entidade licitante], pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (e). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

III - apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

IV - as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

V - as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

VI - o consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato;

VII - a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela CMTC-Rio (MOBI-RIO);

VIII - o instrumento convocatório poderá, no interesse da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC - RIO (MOBI-Rio) e mediante justificativa, fixar a quantidade máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

9.9 - As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à prévia aprovação da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio), para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindido em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

9.10 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

9.11 - Não será permitida, ainda, a participação das licitantes na licitação nas seguintes hipóteses:

I - cujos administradores, dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou empregados, diretores ou conselheiros de entidade da Administração Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ato convocatório, ou tenham ocupado cargo ou emprego integrante dos 1º e 2º escalões dos órgãos da Administração Direta ou das entidades da Administração Indireta do Município do Rio de Janeiro nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

II - suspensas pela COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio);

III - declaradas inidôneas pela União, por Estado, pelo Distrito Federal e pelo Município do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituídas por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujos administradores sejam sócios de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituídas por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujos administradores tenham sido sócios ou administradores de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiverem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

9.11.1 - Aplica-se, também, a vedação anteriormente citada:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio);

b) empregado da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) esteja vinculada.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) há menos de 6 (seis) meses.

9.12 - É vedado a qualquer interessado participar de licitação na qualidade, simultaneamente, de simples proponente e de integrante de consórcio assim como de integrante de dois ou mais consórcios.

**10. CREDENCIAMENTO**

10.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico: http://www.compras.gov.br.

10.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

10.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

10.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio), promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

**APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO**

11.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 14 do Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

11.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

11.1.2- As propostas de preço serão ofertadas com base no preço por lote do objeto licitado.

11.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

11.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, em formato digital, observado o prazo contido no subitem 13.5.2, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema.

11.2.3 – O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá a validade e eficácia para fins de classificação.

11.2.3.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 11.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a prestação dos serviços, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

11.3.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no Decreto Municipal nº 18.835/00.

11.3.2- O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

11.3.3- O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

11.4 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

11.5 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

11.6 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio), em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

11.7 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.8 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal n.º 31.349/09 e pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

11.8.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

11.8.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

## 12. DA FORMULAÇÃO E JULGAMENTO DOS LANCES E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.1.1 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.1.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

12.2 – Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

12.3 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

12.4 – Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema.

12.4.1 - Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.4.2 - Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

12.4.3 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

12.5 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.5.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período mínimo de 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

12.5.2 – Encerrado o prazo previsto no subitem 12.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.5.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições definidas no Subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

12.5.4 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

12.5.5 – Na ausência de lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado após esta etapa, o disposto no subitem anterior.

12.6 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda as exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem anterior.

12.7 – Para julgamento e definição da ordem dos lances, será adotado o critério do menor preço por lote, sendo classificada provisoriamente em primeiro lugar a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada lote na estimativa orçamentária.

12.7.1 - Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada lote na estimativa orçamentária.

12.8 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.8.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.8.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

12.8.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou 15 SEI nº 007300.002079/2026-15 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Companhia Municipal de Transportes Coletivos – MOBI-Rio Data: 24/09/2026 empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.8.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, será considerada como proposta mais vantajosa a mais bem classificada originalmente.

12.8.5 - Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.9 – Inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, conforme previsto no item 12.8, serão observados, quanto às demais propostas em situação de empate, os critérios previstos no art. 66 do Decreto Municipal n.º 44.698/18.

## 13 DA VERIFICAÇÃO DE EFETIVIDADE DA PROPOSTA E NEGOCIAÇÃO

13.1 – A verificação da efetividade da proposta só será feita em relação ao lance e proposta melhor classificada, segundo o critério de julgamento previsto no Edital.

13.2 - O Pregoeiro desclassificará a proposta que:

a) Possua vícios insanáveis;

b) Não atenda às especificações técnicas, prazos e condições previstas neste Edital e seus anexos;

c) que apresente preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

d) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;

e) Apresente preços inexequíveis e não tenham a sua exequibilidade demonstrada, após diligência da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio);

f) Apresente preços considerados excessivos;

g) Cujo valor por lote, após negociação, for superior ao orçamento referencial da contratação elaborado pela COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio);

h) Que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital e seus anexos, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

13.2.1 – A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, de forma fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

13.3 - Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

13.3.1 - Não serão admitidas propostas que apresentem preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4 – Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante da proposta mais vantajosa para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

13.4.1 - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.4.2 - Haverá um prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

13.5 - O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

13.5.1 - Quando a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, procedida de posterior habilitação.

13.6 - Encerrada a negociação e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 14 deste edital.

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 14 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A licitante deverá remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 11.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema COMPRASNET, observado o item 13.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 11.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

13.7 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, realizará a verificação de efetividade da proposta, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

13.7.1 - No tocante ao valor da oferta, se depois de adotada a providência referida no subitem 13.7 deste não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

13.8 - Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

13.9 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico http://www.gov.br/compras.

13.10 - Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar à COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO - (MOBI-Rio), a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis, na sede da empresa pública, sito à **Avenida das Américas, S/N. - Anexo ao Terminal Alvorada - Barra da Tijuca, CEP 22.631-100**. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

## 14. HABILITAÇÃO

14.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 13.1 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

(A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
(B) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
(C) Documentação relativa à regularidade fiscal;
(D) Documentação relativa à regularidade trabalhista;
(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

14.1.1 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/lotes para os quais oferecerá proposta.

14.2 - Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

14.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

14.3.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos.

14.4 - A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registo cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

14.5 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

14.5.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 14.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado.

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do artigo 48 do Decreto Municipal 44.698/18 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo VII.

(A.9) Declaração de responsabilização civil e administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 12.846/2013 e Decreto Municipal 43.562/2017, na forma do Anexo X.

**(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente**, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}} \geq 1,0$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,0. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1,0$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1,0. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \leq 1{,}0$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal no 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME n° 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, **deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação**. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Em se tratando de aquisição para entrega imediata, até 30 dias, ou de serviços, cujo valor seja inferior a ¼ do valor da dispensa referida no inciso II do artigo 29 da Lei n.º 13.303/2016, as licitantes ficam desobrigadas a cumprir as exigências contidas nos subitens B.1 e B.2.

(B.4) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de Registro de Distribuição, na forma estabelecida pelo provimento CGJ nº 55/2023, e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.4.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de

sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

**(C) – REGULARIDADE FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde está localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) - No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde está localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, além de configurar o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando o licitante às sanções previstas neste Edital.

**(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VIII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Municipal nº 23.445/03.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

**(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(E.1) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão (ões) ou atestado (s), fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

(E.1.1) Considera-se compatível com o objeto da licitação o atestado que demonstre que o licitante já prestou serviços de locação de veículos pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

(E.2) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.2.1) Considera-se grupo econômico quando 2 (duas) ou mais empresas estiverem sob a direção, o controle ou a administração de uma delas, compondo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.

(E.2.2) Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

(E.3) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.4) A licitante deverá apresentar declaração de que, na ocasião da assinatura do contrato, comprovará possuir os credenciamentos, registros, licenças e autorizações exigidos pelos órgãos competentes, quando aplicáveis, necessários à execução do objeto.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos.

**15. RECURSOS**

15.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo nele estabelecido.

15.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

15.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

15.7 **–** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.8 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo V).

**16. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

16.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

16.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa

competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico: http://www.compras.gov.br.

16.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

16.3 - A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

16.3.1 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação aos participantes, no próprio endereço eletrônico http://www.gov.br/compras.

**17. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1 – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

17.1.1 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem os serviços licitados, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação dos serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

17.1.2. – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer empresa pública ou sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica seja de prestação de serviços públicos e que não tenha participado do certame licitatório, limitado ao quantitativo máximo previsto na Ata mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade financeira para ambos.

17.1.3 – A Adesão externa deverá ser previamente submetida à Controladoria Geral do Município, acompanhada de justificativa e comprovação de que a mesma não compromete o fornecimento às empresas públicas e sociedades de economia mista.

17.2 – O pedido será considerado formalizado, com a consequente obrigação de execução por parte da (s) beneficiária (s), nos termos constantes da Ata de Registro de Preços e a contratação por meio de contrato ou instrumento equivalente.

17.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

17.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo II) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo III).

17.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

17.6 – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

17.7 – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados em pesquisa.

17.8 – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

17.9 – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação dos serviços por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço obtido no certame for igual ao registrado.

17.10 – Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 39, inciso IV, do Decreto Municipal 44.698/18.

## 18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) e as licitantes vencedoras.

18.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.2.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

18.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) o direito de:

I- independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço;

II – revogar a licitação.

18.4 – As licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

**19. CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

19.1 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem empresas registradas e, por iniciativa da Administração, quando determinado pelo interesse público;

19.2 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

19.2.1 – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar incompatível com aqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

19.2.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

**20. GARANTIA**

20.1 – A empresa beneficiária do registro, quando convocada para a conclusão da contratação, prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 81 do Decreto Municipal 44.698/18.

20.1.1 – No caso de seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

20.1.2 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Municipal nº 26.244/06.

20.1.3- A licitante vencedora deverá apresentar a garantia no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por meio de comunicação formal.

20.1.4- A não-observância do prazo estabelecido no subitem 20.1.3 caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a licitante vencedora às penalidades legalmente estabelecidas.

20.2 – O (A) CONTRATANTE utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

20.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

20.4 – Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao (à) CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

20.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo (a) CONTRATANTE , o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

20.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 92 do Decreto Municipal n.º 44.698/18, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

20.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

20.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 81 do Decreto Municipal 44.698/18.

20.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do artigo 465, do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da
CONTRATADA.

## 21. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO OU REVOGAÇÃO/ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

21.1 – Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à licitante vencedora, com a posterior homologação do resultado pela COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio). Havendo interposição de recurso, após o julgamento, a Autoridade Competente da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) - adjudicará e homologará o procedimento.

21.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo V, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre o/a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA e a Ordem de Execução de Serviço, sob a forma do Anexo IV.

21.3 – A execução dos serviços que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitada pelo (a) CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, através de publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

21.4 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

21.5 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro*,* independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa:

I - examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço;

II – revogar a licitação.

21.6 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

21.7 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará o refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.8 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

21.9 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a

devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

21.10 – Sendo a ADJUDICATÁRIA microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Regime Simplificado de Tributação – SIMPLES deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

21.11 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

21.12 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá ao (s) setor (es) dos órgãos ou entidades contratantes responsáveis pela fiscalização do (s) contrato(s).

21.13 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.

21.14 - A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, salvo pelo que o contrato houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

21.15 - A nulidade da licitação induz à do contrato, que opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

21.16 – Caso seja verificada, após a apresentação de lances ou propostas, a intenção de se revogar ou anular a licitação, será concedido aos licitantes, que manifestem interesse em contestar o ato e exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, o prazo de 5 dias úteis para apresentação da respectiva contestação.

21.17 - Confirmada a admissibilidade da contestação, o Pregoeiro a encaminhará para apreciação e decisão da autoridade que revogou ou anulou a licitação, que pode reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, esta autoridade submeterá a contestação à apreciação de sua autoridade superior, devendo esta proferir a decisão final.

21.18 - A manifestação de interesse para contestação deve ser apresentada dentro do prazo de 1 dia, contado da data de comunicação pela MOBI-Rio sobre a revogação ou anulação da licitação, sob pena de perda deste direito.

21.19 - O licitante deve endereçar a contestação à autoridade superior àquela que revogou ou anulou a licitação, por intermédio do Pregoeiro, que apreciará sua admissibilidade.

## 22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados observadas as condições de recebimento do objeto descritas no Termo de Referência, no termo de contrato e neste Edital. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.

22.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

22.2.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que o(a) CONTRATANTE esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

22.3 – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VIII.

22.4 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

22.5 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no [setor competente do órgão ou entidade licitante].

22.6 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente, a qual deverá ser cadastrada junto à COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio).

**23. REAJUSTE**

23.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do Decreto Municipal nº 43.612/2017 e suas alterações posteriores.

23.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po [(I-Io)/Io]

Onde:

R = valor do reajuste;
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

23.3 Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

**24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.5, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 24.2.

24.2 Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) poderá impor ao licitante, adjudicatário ou contratado, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeito, às seguintes sanções, observado o Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio), garantida a defesa prévia ao contratado:

I - Advertência;

II - Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;

III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

IV - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal;

24.3 A multa aplicada será depositada em conta bancária indicada pela COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio), descontada dos pagamentos eventualmente devidos, descontada da garantia ou cobrada judicialmente.

24.4 As sanções previstas nos incisos I e IV do *subitem 24.2* poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato;

24.5 Do ato que aplicar a pena prevista no inciso IV do subitem 24.2, o Diretor-Presidente da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) dará conhecimento aos demais órgãos e entidades municipais interessados, na página oficial desta empresa pública na *internet*.

24.6. Do ato que aplicar a pena prevista no inciso IV do subitem 24.2 poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) em virtude de atos ilícitos praticados.

24.7. As multas previstas nos incisos II e III do subitem 24.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.8. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

24.9. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

**25. DA MATRIZ DE RISCOS**

25.1 - A Matriz de Risco tem o propósito de listar os principais riscos conhecidos, quantificá-los, propor mecanismos de mitigação, distribuí-los de modo equilibrado, adequado e de acordo com a natureza dos riscos e obrigações contratuais entre a contratante e a contratada.

25.2 - A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados e a ela atribuídos, conforme estabelecido na Matriz de Risco definida para a contratação no Termo de Referência.

25.3 - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

25.4 - Sempre que atendidas as condições da contratação e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

**26. FORO**

26.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**27. DISPOSIÇÕES FINAIS**

27.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) e/ou no (a) CONTRATANTE.

27.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

27.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não a prestação dos serviços.

27.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

27.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

| | |
|---|---|
| Anexo I | Proposta Detalhe (Modelo de Proposta) |
| Anexo II | Termo de Referência |
| Anexo III | Minuta de Ata de Registro de Preços |
| Anexo IV | Minuta de Ordem de Execução de Serviço |
| Anexo V | Minuta de contrato |
| Anexo VI | Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/03 |
| Anexo VII | Declaração ref. ao artigo 48 do Decreto Municipal 44.698/18 e artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01. |
| Anexo VIII | Declaração de Regularidade Trabalhista |
| Anexo IX | Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho |
| Anexo X | Declaração ref. à Lei Federal 12.846/2013 e Decreto Municipal 43.562/2017. |
| Anexo XI | Matriz de Riscos |
| Anexo XII | Declaração dos itens para os quais oferecerá proposta |
| Anexo XIII | Declaração ref.ao Decreto Municipal n. 46.785/2019 – Anexo I-C, nos casos de mão-de-obra preponderante. |

27.7 – Este Edital contém 134 (cento e trinta e quatro folhas) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2026

_____

Marcelo Faria dos Reis
Pregoeiro
Mat. 13/330.684-2

**ANEXO I**

**Confeccionar a proposta em papel timbrado da empresa**

---

**(Local e Data), de de 2026**

**À**
**MOBI RIO – Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC RIO**
**Setor: DAF**
**Av. das Américas, 00, CCO Terminal Alvorada, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ**
**CEP: 22.631-000**
**CNPJ: 44.520.687.0001-61**
**Telefone: (21) 3400-4000.**

**Razão Social:**
**Endereço:**
**CEP:**
**C.N.P.J.:**
**Telefone:**
**E-mail:**
**IM (INSCRIÇÃO MUNICIPAL):**
**IE (INSCRIÇÃO ESTADUAL):**

**Objeto:** Registro de preços para prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO e especificadas neste termo de referência.

**LOTE 01 – CAMINHONETES PICKUP TIPOS 01 E 02 – COM E SEM MOTORISTA**

**VEÍCULOS**

| LOTE | Item | Descrição dos Veículos (A) | Quantidade de veículos (B) | Valor unitário mensal (C) | Valor total por 36 meses (B x C x 36) (D) |
|---|---|---|---|---|---|
| **1** | 01 | **CAMINHONETE PICKUP TIPO 01: CABINE DUPLA,** tipo **L200 MITSUBISHI ou SIMILAR;** até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; | 15 | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | câmbio **MANUAL;** carroceria inteiriça em aço original de fábrica; **SANTO ANTÔNIO;** 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; estepe fora do compartimento de cargas; **a diesel;** disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da **CONTRATANTE;** locação mensal. | | | |
| | 02 | **CAMINHONETE PICKUP tipo 02: CABINE DUPLA,** tipo **FIAT TORO ENDURANCE ou SIMILAR**; até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio **AUTOMÁTICO;** carroceria inteiriça em aço original de fábrica; **SANTO ANTÔNIO;** 4 portas laterais; | 05 | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; vidros com película adesiva escura tonalidade média; pneu de média; estepe fora do compartimento de cargas; a diesel; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da **CONTRATANTE;** locação mensal. | | | |

**EFETIVO LOTE 01**

| LOTE | Item | Descrição do Efetivo<br><br>(A) | Quantidade de Postos<br><br>(B) | Valor unitário do posto<br>(C) | Valor total por 36 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 03 | **AGENTE DE MONITORAMENTO VIÁRIO (24H):** receber e analisar informações das câmeras e sistemas de comunicação da Contratante; transmitir informações às equipes operacionais. | 01 | | |
| | 04 | **AUXILIAR OPERACIONAL MOTORISTA** — atuar na melhoria da fluidez do trânsito | 05 | | |

**Total do LOTE 1 (Item1 + item 2 + item 3 + Item 4) =**

**LOTE 02 – VEÍCULO LEVE E VEÍCULO EXECUTIVO**

**VEÍCULOS**

| LOTE | Item | Descrição dos Veículos<br><br>(A) | Quantidade de veículos<br><br>(B) | Valor unitário mensal<br>(C) | Valor total por 36 meses (B x C x 36)<br>(D) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 05 | **VEÍCULO LEVE, tipo RENAULT KWID ou SIMILAR;** capacidade para 05 passageiros; até 24 meses de uso; sem combustível; equipado com ar | 08 | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro em dia; carroceria de 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor potência mínima 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); vidros com película adesiva escura de tonalidade média; disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da **CONTRATANTE;** locação em regime mensal. | | | |
| | 06 | **VEÍCULO EXECUTIVO SEDAN, do tipo Toyota corolla, Honda City, Honda Civic Touring, Nissan Sentra, Chevrolet Cruze, Volkswagen Jetta, Volkswagen Nivus ou SIMILAR;** até 24 meses de uso; sem combustível; ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro incluídos; 2 ou 3 | 01 | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | volumes; 04 ou 05 portas; motor mínimo 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da **CONTRATANTE;** locação em regime mensal. | | | |

**EFETIVO LOTE 02**

| LOTE | Item | Descrição do Efetivo<br><br>(A) | Quantidade de Postos<br><br>(B) | Valor unitário do posto<br>(C) | Valor total por 36 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| **2** | 07 | **AUXILIAR OPERACIONAL MOTORISTA** — atuar na melhoria da fluidez do trânsito | 02 | | |
| | 08 | **AUXILIAR OPERACIONAL MOTORISTA** — atuar na melhoria da fluidez do trânsito | 01 | | |

**Total do LOTE 2 (Item 5 + item 6 + item 7 + item 8) =**

**Prazos:** O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento da ORDEM DE INÍCIO encaminhada pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação em vigor.

Os serviços deverão ser prestados em períodos contínuos de 24 horas, nos dias úteis, feriados, sábados e domingos.

O prazo de início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços pela CONTRATANTE.

A ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.

**Critério de julgamento:** Menor preço por lote.

**Dados Bancários**
**Número do Banco:**
**Nome da Agência:**
**Número da Agência:**
**Conta Corrente:**

**Declaramos inteira submissão à Lei Federal n.º 13.303, de 30/06/2016, ao Decreto Rio nº 44.698 de 29/06/2018 e ao Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de**

**No que concerne às vedações de participação em licitação, declaramos atender ao disposto no Art 38 da Lei 13.303/16, no Art 48 do Decreto Rio nº**

**Declaramos que o serviço citado atende ao termo de referência indicado na solicitação da proposta**

**Condições de pagamento: As usuais do Município, na forma do Termo de Referência.**

- **Validade da Proposta: 60 dias (sessenta dias)**

**Responsável:**

**(Assinatura do responsável legal pela proposta enviada)**

**(Nome do responsável legal pela proposta enviada)**

**CPF:**

**OBSERVAÇÃO: Em atendimento à PORTARIA "N" FP/SUBGGC Nº º 11 DE 12 DE JUNHO DE 2024, solicitamos que a proposta de preços enviada seja assinada por seu responsável legal (administrador), com a indicação do respectivo número do CPF. No caso da proposta de preços assinada por procurador, esta deverá ser acompanhada da respectiva procuração.**

**ANEXO**

**COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

| **LOTE 1 – CAMINHONETE PICKUP** | |
|---|---|
| **ITEM 01 - CAMINHONETE PICKUP TIPO 01: CABINE DUPLA, tipo L200 MITSUBISHI ou SIMILAR;** até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio MANUAL; carroceria inteiriça em aço original de fábrica; SANTO ANTÔNIO; 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; estepe fora do compartimento de cargas; a diesel; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da **CONTRATANTE; locação mensal.**. | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R$** |
| - Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |
| - Recursos mínimos: Sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato.<br>Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |
| **TOTAL:** | |

| **LOTE 1 – CAMINHONETE PICKUP** | |
|---|---|
| **ITEM 02 - CAMINHONETE PICKUP TIPO 02** - **cabine dupla**, tipo **FIAT TORO ENDURANCE ou SIMILAR;** até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio AUTOMÁTICO; carroceria inteiriça em aço original de fábrica; **SANTO ANTÔNIO**; 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; vidros com película adesiva escura tonalidade média; pneu de média; estepe fora do compartimento de cargas; a diesel; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da **CONTRATANTE; locação mensal.** | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R$** |
| Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência. | |
| - Recursos mínimos: Sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção | |

| | |
|---|---|
| com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato.<br>Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |
| **TOTAL:** | |

| **LOTE 2 – VEÍCULO LEVE** | |
|---|---|
| **ITEM 05 - VEÍCULO LEVE**, tipo **RENAULT KWID OU SIMILAR**, capacidade para 05 passageiros; até 24 meses de uso; sem combustível; equipado com ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro em dia; carroceria de 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor potência mínima 1.0 (≥72 cv); sistema<br>flex (gasolina/álcool); vidros com película adesiva escura de tonalidade média; disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações **CONTRATANTE. Locação em regime mensal.** | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R$** |
| Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários<br>leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |
| - Recursos mínimos: sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato.<br>Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |

| **LOTE 2 – VEÍCULO LEVE** | |
|---|---|
| **Item 06 - VEÍCULO EXECUTIVO SEDAN**, do tipo **Toyota corolla, Honda City, Honda Civic Touring, Nissan Sentra, Chevrolet Cruze, Volkswagen Jetta, Volkswagen Nivus ou SIMILAR**; até 24 meses de uso; sem combustível; ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro incluídos; 2 ou 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor mínimo 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da **CONTRATANTE; locação em regime mensal**. | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R$** |
| - Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves, motocicletas os equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |

| | |
|---|---|
| - Recursos mínimos:<br>Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |

| **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO** | | |
|---|---|---|
| Número de Meses de Execução Contratual: | **36 meses** | |
| Regime Fiscal (Lucro Real ou Presumido?): | | |
| **DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS** | | |
| Função: | | |
| Escala: | | |
| Categoria Profissional: | | |
| Nome do Sindicato Filiado: | | |
| Salário Normativo da Categoria: | | |
| Data Base da Categoria: | | |
| Município/UF: | | |
| Acordo/Convenção Coletiva ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: | | |
| Número de Registro da Convenção Coletiva no MTE: | | |
| Quantidade de Postos: | | |
| Quantidade de Funcionários por Posto: | | |
| **GRUPO 1 – REMUNERAÇÃO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 1.1 Salário-base | | |
| 1.2. Adicional de Periculosidade | | |
| 1.3. Adicional de insalubridade | | |
| 1.4. Adicional noturno | | |
| **1.5. Total Grupo 1 – Remuneração** | 0,00% | |
| **GRUPO 2 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |

| SUBGRUPO 2.1 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES | % | VALOR UNITÁRIO (R$) |
|---|---|---|
| 2.1.1 INSS | 20,00 % | |
| 2.1.2 SESI ou SESC | 1,50% | |
| 2.1.3 SENAI/SENAC | 1,00% | |
| 2.1.4 SEBRAE | 0,60% | |
| 2.1.5 SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50% | |
| 2.1.6 SAT/INSS | | |
| 2.1.7 FGTS | 8,00% | |
| 2.1.8 INCRA | 0,20% | |
| **2.1.9 Subtotal do Subgrupo 2.1** | | |
| **SUBGRUPO 2.2 - 13º SALÁRIO E FÉRIAS** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.2.1 . 13º Salário | 8,30% | |
| 2.2.2. Férias e Terço Constitucional de Férias | 11,10 % | |
| 2.2.3 Incidência dos Encargos Previstos no Subgrupo 2.1 sobre o 13° Salário e Férias (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **2.2.4 Subtotal do Subgrupo 2.2** | | |
| **GRUPO 3 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.1.1. Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.2. Incidência do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.3. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.4. Aviso Prévio Trabalhado | | |
| 3.1.5. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| 3.1.6. Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | |
| **3.1.7. Subtotal do Subgrupo 3.1** | | |
| **SUBGRUPO 3.2 – PROVISÃO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.2.1. Ausência por doença | | |
| 3.2.2. Licença Paternidade | | |
| 3.2.3. Ausências Legais | | |
| 3.2.4. Acidente de Trabalho | | |
| 3.2.5. Afastamento Maternidade | | |
| 3.2.5. Subtotal | | |

| | | |
|---|---|---|
| 3.2.7. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o custo de Reposição do Profissional Ausente (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **3.2.8. Subtotal do Subgrupo 3.2** | | |
| **Total Grupo 2 + Grupo 3** | | |
| **GRUPO 4 – BENEFÍCIOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 4.1. Auxílio Transporte | | |
| 4.2. Auxílio Refeição | | |
| 4.3. Auxílio Saúde | | |
| 4.4. Seguro de vida, Invalidez e Funeral | | |
| 4.5. Auxílio Creche | | |
| 4.6. Outros (especificar) | | |
| **4.7. Total Grupo 4** | | |
| **GRUPO 5 – INSUMOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 5.1. Uniformes | | |
| 5.2. Outros (especificar) | | |
| **5.3. Total Grupo 5** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **SUBTOTAL 1 (GRUPO 1 + GRUPO 2 +GRUPO 3 + GRUPO 4 + GRUPO 5)** | | |
| **GRUPO 6 – CUSTOS INDIRETOS, SUPERVISÃO E LUCRO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 6.1.1. Supervisão | | |
| 6.1.2. Custos Indiretos/ Reserva Técnica/ Lucro/ Outros | | |
| **6.1.3. Total Grupo 6** | | |
| **SUBTOTAL 2 (SUBTOTAL 1 + GRUPO 6)** | | |
| **GRUPO 7 – TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 7.2.1. ISS | | |
| 7.2.2. COFINS | | |
| 7.2.3. PIS | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| **7.2.4. Total Grupo 7** | | |

| | |
|---|---|
| **SUBTOTAL 3 - CUSTO TOTAL DO EMPREGADO (SUBTOTAL 2 + GRUPO 7)** | |

| | |
|---|---|
| **CUSTO TOTAL DO POSTO DE SERVIÇO (SUBTOTAL 3 X Quantidade de Funcionários por Posto)** | |

**OBS.: DEVERÁ SER PREENCHIDA PARA CADA UMA DAS CATEGORIAS DO EFETIVO A SER CONTRATADO.**

| **GRUPO 1 – REMUNERAÇÃO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
|---|---|---|
| 1.1 Salário-base | | |
| 1.2. Adicional de Periculosidade | | |
| 1.3. Adicional de insalubridade | | |
| 1.4. Adicional noturno | | |
| **1.5. Total Grupo 1 – Remuneração** | 0,00% | |
| **GRUPO 2 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 2.1 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.1.1 INSS | 20,00 % | |
| 2.1.2 SESI ou SESC | 1,50% | |
| 2.1.3 SENAI/SENAC | 1,00% | |
| 2.1.4 SEBRAE | 0,60% | |
| 2.1.5 SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50% | |
| 2.1.6 SAT/INSS | | |
| 2.1.7 FGTS | 8,00% | |
| 2.1.8 INCRA | 0,20% | |
| **2.1.9 Subtotal do Subgrupo 2.1** | | |
| **SUBGRUPO 2.2 - 13º SALÁRIO E FÉRIAS** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.2.1 . 13º Salário | 8,30% | |
| 2.2.2. Férias e Terço Constitucional de Férias | 11,10 % | |
| 2.2.3 Incidência dos Encargos Previstos no Subgrupo 2.1 sobre o 13° Salário e Férias (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **2.2.4 Subtotal do Subgrupo 2.2** | | |
| **GRUPO 3 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.1.1. Aviso Prévio Indenizado | | |

| | | |
|---|---|---|
| 3.1.2. Incidência do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.3. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.4. Aviso Prévio Trabalhado | | |
| 3.1.5. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| 3.1.6. Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | |
| **3.1.7. Subtotal do Subgrupo 3.1** | | |
| **SUBGRUPO 3.2 – PROVISÃO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.2.1. Ausência por doença | | |
| 3.2.2. Licença Paternidade | | |
| 3.2.3. Ausências Legais | | |
| 3.2.4. Acidente de Trabalho | | |
| 3.2.5. Afastamento Maternidade | | |
| 3.2.5. Subtotal | | |
| 3.2.7. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o custo de Reposição do Profissional Ausente (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **3.2.8. Subtotal do Subgrupo 3.2** | | |
| **Total Grupo 2 + Grupo 3** | | |
| **GRUPO 4 – BENEFÍCIOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 4.1. Auxílio Transporte | | |
| 4.2. Auxílio Refeição | | |
| 4.3. Auxílio Saúde | | |
| 4.4. Seguro de vida, Invalidez e Funeral | | |
| 4.5. Auxílio Creche | | |
| 4.6. Outros (especificar) | | |
| **4.7. Total Grupo 4** | | |
| **GRUPO 5 – INSUMOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 5.1. Uniformes | | |
| 5.2. Outros (especificar) | | |
| **5.3. Total Grupo 5** | | |
| **SUBTOTAL 1 (GRUPO 1 + GRUPO 2 +GRUPO 3 + GRUPO 4 + GRUPO 5)** | | |
| **GRUPO 6 – CUSTOS INDIRETOS, SUPERVISÃO E LUCRO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 6.1.1. Supervisão | | |

| | | |
|---|---|---|
| 6.1.2. Custos Indiretos/ Reserva Técnica/ Lucro/ Outros | | |
| **6.1.3. Total Grupo 6** | | |
| **SUBTOTAL 2 (SUBTOTAL 1 + GRUPO 6)** | | |
| **GRUPO 7 – TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 7.2.1. ISS | | |
| 7.2.2. COFINS | | |
| 7.2.3. PIS | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| **7.2.4. Total Grupo 7** | | |
| **SUBTOTAL 3 - CUSTO TOTAL DO EMPREGADO (SUBTOTAL 2 + GRUPO 7)** | | |
| **CUSTO TOTAL DO POSTO DE SERVIÇO (SUBTOTAL 3 X Quantidade de Funcionários por Posto)** | | |

**ANEXO II**

# TERMO DE REFERÊNCIA

**REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM COMBUSTÍVEL, COM E SEM MOTORISTA, INCLUINDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATIVIDADES DE OPERAÇÃO DE TRÁFEGO E APOIO ÀS UNIDADES DA MOBI-RIO.**

**NOVEMBRO/2026**

## 1. OBJETO

Registro de preços para prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO.

## 2. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista os aspectos operacionais e a demanda dos mais diversos setores da MOBI-Rio e para garantir a continuidade dos serviços disponibilizados pela referida Companhia, mantendo, assim, a qualidade de transporte público à população, é necessário dispor de uma frota veicular de apoio aos serviços desses setores, como Presidência, Diretoria de Manutenção de Frota, Diretoria de Manutenção e Finanças, Superintendência de Infraestrutura, Superintendência de Operação, Assessoria de Informática, dentre outros.

Dentro deste cenário mostra-se imprescindível a contratação de empresa que forneça veículos à contratante para apoio aos setores anteriormente descritos.

Cabe ressaltar que a terceirização da frota de veículos, por meio de pregão eletrônico, apresenta diversas vantagens que justificam sua adoção. A terceirização permite uma gestão mais eficiente de recursos públicos, uma vez que transfere a responsabilidade de manutenção, seguro e renovação da frota para a empresa CONTRATADA. Isso resulta em redução significativa de custos operacionais e administrativos, permitindo que a Administração Pública concentre seus esforços em atividades-fim.

Além disso, a adoção do sistema de registro e preços no contexto da terceirização da frota de veículos oferece uma série de vantagens adicionais, pois permite que a Administração Pública realize contratações de forma mais flexível e econômica, uma vez que os preços permanecem válidos por período determinado, possibilitando contratações conforme a necessidade.

Desta forma, e para manter o nível de serviço e o atendimento aos usuários do Sistema BRT, esta contratação visa complementar a frota de apoio, suprindo assim a atual e a futura necessidade de atendimento aos serviços prestados pela MOBI-Rio, tendo em vista que a contratante carece dos serviços e equipamentos objeto deste Termo de Referência.

Quanto ao prazo de vigência, justifica-se a definição de 36 (trinta e seis) meses considerando a prática por parte do Município e autorização contida no art. 137, IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MOBI-Rio.

## 3. PRAZO

**3.1** O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços encaminhada pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente.

**3.2** Os serviços deverão ser prestados em períodos contínuos de 24 horas, nos dias úteis, feriados, sábados e domingos.

**3.3** O prazo de início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços pela CONTRATANTE.

**3.4** Na hipótese de alteração relevante do planejamento das atividades, inclusive por reestruturação do serviço, suspensão, descontinuidade de linhas ou extinção do modelo operacional que fundamenta a utilização dos bens objeto deste contrato, ou ainda caso seja revogada, extinta ou modificada a delegação conferida à CONTRATANTE, esta poderá promover a rescisão unilateral, mediante simples comunicação à Contratada, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias. Nessa hipótese, a rescisão limitar-se-á ao pagamento proporcional correspondente aos serviços efetivamente executados até a data indicada para o encerramento contratual.

**3.5** A ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública.

## 4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA/LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1** A área de abrangência para a prestação dos serviços estará inserida dentro dos limites do Município do Rio de Janeiro, em especial todas as unidades físicas operadas pela MOBI-Rio, bem como todo o sistema viário exclusivo do BRT (calhas) de ligação entre essas unidades, para fins de deslocamento interno, transporte de equipamentos, insumos e mão de obra necessários ao desenvolvimento de todas as atividades funcionais.

**4.2** Em caráter de apoio e a critério da Contratante, a Contratada poderá prestar os serviços em diferentes áreas dentro dos limites do Município do Rio de Janeiro, respeitando os limites de recursos humanos e materiais estimados neste Termo de Referência.

## 5. DESCRIÇÃO DOS LOTES E SERVIÇOS

### LOTE 01 – CAMINHONETES PICKUP TIPOS 01 E 02 – COM E SEM MOTORISTA

| LOTE | ITEM | Descrição dos Veículos | Quantidade de Veículos | Quilometragem média mensal estimada |
|---|---|---|---|---|
| **1** | **1** | **CAMINHONETE PICKUP TIPO 01: CABINE DUPLA,** tipo **L200 MITSUBISHI ou SIMILAR;** até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio **MANUAL**; carroceria inteiriça em aço original de fábrica; **SANTO ANTÔNIO**; 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; estepe fora do compartimento de cargas; **a diesel**; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da **CONTRATANTE**; locação mensal. | **15** | 2.899 KM por Veículo |
| **1** | **2** | **CAMINHONETE PICKUP tipo 02: CABINE DUPLA,** tipo **FIAT TORO ENDURANCE ou SIMILAR;** até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio **AUTOMÁTICO**; carroceria inteiriça em aço original de fábrica; **SANTO ANTÔNIO**; 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; vidros com película adesiva escura tonalidade média; pneu de média; estepe fora do compartimento de cargas; a diesel; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da **CONTRATANTE**; locação mensal. | **5** | 1.583 KM por Veículo |

**EFETIVO LOTE 1**

| LOTE | ITEM | Descrição do Efetivo | Jornada | Requisitos | Empregados por Posto | Quantidade de Postos | Total de Empregados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | **3** | **Agente de Monitoramento Viário (24h):** receber e analisar informações das câmeras e sistemas de comunicação da Contratante; transmitir informações às equipes operacionais. | 44h semanais | Ensino médio completo; conhecimentos de informática | 4 | 1 | 4 |
| **1** | **4** | **Auxiliar Operacional Motorista** — atuar na melhoria da fluidez do trânsito | 44h semanais | Ensino médio completo; CNH categoria B | 4 | 5 | 20 |

Obs: Os itens 3 e 4 pertencem ao lote 1

**LOTE 02 – VEÍCULO LEVE E VEÍCULO EXECUTIVO**

| LOTE | ITEM | Descrição dos Veículos | Quantidade de Veículos | Quilometragem média mensal estimada |
|---|---|---|---|---|
| **2** | **5** | **VEÍCULO LEVE, tipo RENAULT KWID ou SIMILAR**; capacidade para 05 passageiros; até 24 meses de uso; sem combustível; equipado com ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro em dia; carroceria de 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor potência mínima 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); vidros com película adesiva escura de tonalidade média; disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; | 8 | 2.969 KM por veículo |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da CONTRATANTE; locação em regime mensal. | | |
| **2** | **6** | **VEÍCULO EXECUTIVO SEDAN, do tipo Toyota corolla, Honda City, Honda Civic Touring, Nissan Sentra, Chevrolet Cruze, Volkswagen Jetta, Volkswagen Nivus ou SIMILAR**; até 24 meses de uso; sem combustível; ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro incluídos; 2 ou 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor mínimo 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da CONTRATANTE; locação em regime mensal. | 1 | 3.281 KM por veículo |

**EFETIVO LOTE 2**

| LOTE | ITEM | Descrição do Item | Jornada | Requisitos | Empregados por Posto | Quantidade de Postos | Total de Empregados |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2** | **7** | **Auxiliar Operacional Motorista** — atuar na melhoria da fluidez do trânsito | 44h semanais | Ensino médio completo; CNH categoria B; atuar no transporte de pessoas, objetos e expedientes. | 1 | 2 | 2 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **2** | **8** | **Auxiliar Operacional Motorista** — atuar na melhoria da fluidez do trânsito | 44h semanais | Ensino médio completo; CNH categoria B; atuar no transporte de autoridades; (vide subitens 19.3 e 19.3.1 do Termo de Referência). | 1 | 1 | 1 |

**Obs:** os itens 7 e 8 pertencem ao lote 2

São considerados como serviços de suporte às demais atividades da Contratada:

**5.1** Transportar expedientes administrativos, materiais de segurança e medicina do trabalho, dentre outros;

**5.2** Transportar dirigentes e equipes em atividades inerentes ao serviço.

**5.3** Transportar equipe de manutenção para conserto e reparo de danos na calha, estações, terminais e CCO tais como desgaste pelo de tempo de uso, roubos, falta de energia, bilheteria, link de fibra ótica e outros.

**5.4** Transportar materiais e insumos diversos para reparos nos ônibus, para obras de conserto e reforma de estações e terminais.

**5.5 Apoio Operacional de Tráfego.**

Os serviços de apoio operacional serão executados por meio de rondas contínuas realizadas com veículos tipo pick-up, contando com equipes compostas por Auxiliares Operacionais Motoristas. As atividades ocorrerão em toda a área de abrangência do Sistema BRT, com foco na orientação aos usuários, implantação de sinalização de segurança e manutenção da fluidez do tráfego nas faixas exclusivas.

As equipes atuarão na pronta remoção de veículos parados, apoio a vítimas de acidentes, acionamento de órgãos competentes, e execução de intervenções pontuais para melhoria das condições de circulação. Todo o trabalho será realizado em constante integração com o Centro de Controle Operacional (CCO) do Sistema BRT, garantindo respostas rápidas e eficientes às intercorrências que impactem o fluxo dos ônibus articulados.

**5.5.1 Serviços Especializados de Controle da Via**

Referem-se aos serviços voltados à ordenação e controle do fluxo nos corredores do BRT, incluindo as seguintes atividades:

- Operação e manutenção dos sistemas de sinalização dinâmica de emergência, com o objetivo de controlar o fluxo dos ônibus nos corredores exclusivos;
- Apoio aos agentes de trânsito na realização de bloqueios, garantindo a liberação da calha do BRT após a conclusão dos serviços;
- Monitoramento contínuo das calhas exclusivas, vias adjacentes e faixas de domínio, identificando anormalidades e comunicando os órgãos competentes para a devida atuação.
- Atuação conjunta com órgãos da administração pública para assegurar o cumprimento das leis e normas de trânsito.

### 5.5.2 Serviços de Apoio Operacional

Tratam-se de serviços de suporte às operações nos corredores exclusivos do BRT, englobando:

- Desobstrução das calhas exclusivas em caso de incidentes como invasão de materiais, derramamento de produtos, afundamentos pontuais no pavimento, entre outros;
- Implementação de desvios operacionais em situações de bloqueio ou intervenções nas vias exclusivas;
- Comunicação direta com o Centro de Controle Operacional (CCO) para solicitação de apoio a outros órgãos;
- Responsabilidade pela guarda, vigilância e conservação dos equipamentos, mobiliários urbanos, instalações e viaturas sob responsabilidade da contratada.

### 5.6 Serviços Indiretos a Executar

A Contratada deverá emitir relatórios mensais em softwares compatíveis com os licenciados na Contratante, contendo dados sobre os serviços executados, através do Sistema fornecido pela Contratante.

## 6. INSTALAÇÕES

A Contratada poderá utilizar as instalações da Contratante para apoio aos serviços.

## 7. EQUIPE

### 7.1 Disposições Gerais

**7.1.1** A Contratada deverá designar preposto que será responsável por representar a Contratada perante a Comissão de Fiscalização e por garantir o bom andamento dos serviços, segundo padrões designados pela Contratante.

**7.1.2** O pessoal alocado **(para os lotes/itens que envolvam mão de obra)** deverá atender aos requisitos especificados e possuir perfil profissional compatível com as atividades a serem desenvolvidas, sendo vedada a substituição de colaboradores ou de seus prepostos sem conhecimento prévio e anuência da Contratante.

**7.1.3** A Contratada deverá manter pessoal para cobrir eventuais faltas, suspensões, dispensa médica, férias e/ou quaisquer outros tipos de afastamento da equipe.

### 7.2 Equipes

**7.2.1** Os serviços operacionais e de apoio e controle viário (**para os lotes/itens que envolvam mão de obra**) serão realizados através de equipes formadas de modo a garantir que a prestação dos serviços seja realizada de forma contínua, conforme tabela abaixo:

| LOTES | ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE POSTOS / MÊS |
|---|---|---|---|
| LOTE 1 | ITEM 03 | **AGENTE DE MONITORAMENTO Viário (24h):** receber e analisar informações das câmeras e sistemas de comunicação da Contratante; transmitir informações às equipes operacionais. | **1** |
| LOTE 01 | ITEM 04 | **AUXILIAR OPERACIONAL MOTORISTA** (24h – 7 dias por semana): atuar na melhoria da fluidez do trânsito; ensino médio completo; Carteira Nacional de Habilitação categoria B; para até 05 pick-up Tipo 01; 4 empregados por posto; SUPOP. | 5 |
| LOTE 02 | ITEM 07 | **AUXILIAR OPERACIONAL MOTORISTA** (44h semanais): atuar no transporte de pessoas, objetos e expedientes; ensino médio completo; Carteira Nacional de Habilitação categoria B; 1 empregado por posto. | 2 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| LOTE 02 | ITEM 08 | **AUXILIAR OPERACIONAL MOTORISTA EXECUTIVO (44h**): atuar no transporte de autoridades; ensino médio completo; Carteira Nacional de Habilitação categoria B; (vide subitens 19.3 e 19.3.1 do Termo de Referência); 1 empregado por posto. | 1 |

**7.2.2** O colaborador deverá utilizar uniforme e apresentar-se asseado, mantendo o uniforme bem cuidado e totalmente abotoado, com calçados limpos e engraxados.

**7.2.3** Não é permitida no horário de serviço a utilização de fones de ouvido.

**7.2.4** Não é permitida a utilização de qualquer peça do uniforme fora do local e horário de serviço, inclusive nos deslocamentos casa-trabalho-casa, cabendo à Contratada o controle de tal restrição.

**7.2.5** Realizar o transporte de pessoas, cargas, documentos ou produtos preestabelecidos.

## 8. VEÍCULOS

### 8.1 Disposições Gerais

**8.1.1** Para realização dos serviços serão utilizados veículos indicados neste Termo de Referência, nas unidades operacionais e bases de manutenção, ou onde houver necessidade, de acordo com as determinações da Contratante, conforme tabelas do item 5 deste Termo de Referência.

**8.1.2** A locação de veículos compreende a disponibilização dos veículos adequados e em perfeitas condições de uso e conservação, impondo a realização de manutenções periódicas (corretivas e preventivas), fornecimento de seguro patrimonial, além de outros encargos previstos na legislação vigentes e inerentes ao objeto, conforme descrito e caracterizado neste Termo de referência.

**8.1.3** Os veículos ficarão à disposição da CONTRATANTE durante todo o mês independente de sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo e poderão ser utilizados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

**8.1.4** Os veículos necessários ao cumprimento do objeto deverão ser na cor branca.

**8.1.5** Por ocasião da assinatura do contrato, deverá ser observado, para cada veículo disponibilizado, o tempo máximo de uso de 24 (vinte e quatro) meses.

**8.1.6** Além das especificações acima e dos itens obrigatórios definidos pela legislação vigente, todos os veículos disponibilizados nos contratos deverão possuir os seguintes

equipamentos/recurso, conforme suas características específicas:

a) Rádio ou Central Multimídia;

b) Direção hidráulica;

c) Travas elétricas;

d) Ar condicionado;

e) Airbags frontais;

f) Alarme;

g) Freio ABS;

h) Conjunto de sinalização para veículos de serviços em via pública, constituído de chassis em alumínio com pintura eletrostática, com sistema eletrônico composto de LED's de alto brilho para produção de flash sincronizados, sirene eletrônica com três tipos de sons, megafone, módulo e tampas em policarbonato injetado translúcidos na cor âmbar;

i) Sistema de Posicionamento Global (GPS) compatível com o utilizado pela CONTRATANTE, para monitoramento dos veículos via satélite, permitindo controle de informações como: data, hora, localização, velocidade, direção e estado das entradas e saídas digitais do veículo. O sistema utilizado deverá conter funcionalidades como: bloqueio, comunicação de voz e dados, mapas e layers personalizados, cerca eletrônica, localização, sistema online de visualização em mapas, geração e gerenciamento de relatórios;

j) Sirene eletrônica;

k) Sinalizador giratório composto de LED's na cor âmbar;

l) Carregador veicular.

**8.1.7 Da Identificação visual dos veículos**

**8.1.7.1** A identificação dos veículos será feita às expensas da CONTRATADA, conforme padrão visual informado pela CONTRATANTE e será de uso exclusivo para o atendimento aos serviços aqui previstos, vedada a utilização para quaisquer outros fins, ainda que o veículo não esteja sendo utilizado temporariamente pela CONTRATANTE.

**8.1.7.2** Os adesivos dos veículos deverão ser conservados durante toda a vigência do Contrato.

**8.1.7.3** Ao término do contrato, a identificação deverá ser retirada e entregue à

Fiscalização.

**8.1.7.4** Os veículos deverão ser na cor branca.

**8.1.8 Da documentação dos veículos**

**8.1.8.1** Todos os veículos do contrato, inclusive os veículos reservas, deverão estar com documentação regularizada e em dia, conforme legislação vigente, tais como:

a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;

b) Bilhete de Seguro DPVAT pago;

c) Imposto de propriedade de veículos automotores pago;

d) Declaração de nada consta do veículo relativo a possíveis multas;

**8.1.8.2** Todos os veículos fornecidos pela CONTRATADA serão, obrigatoriamente, registrados e emplacados no Município do Rio de Janeiro.

**8.1.8.3** A CONTRATADA deverá entregar à fiscalização da CONTRATANTE, no momento da vistoria exigida no subitem 8.1.10, a cópia de toda documentação (física ou digital) dos veículos, juntamente com a relação de todos os veículos oficiais que iniciarão a prestação do serviço, objeto do contrato, sob pena das sanções previstas no Edital, neste termo de referência e contrato.

**8.1.8.3.1** Somente será permitida a substituição dos veículos aprovados na vistoria após a autorização prévia da Fiscalização do Contrato.

**8.1.8.4** Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá programar, junto com a CONTRATANTE, a realização de quaisquer vistorias, conforme legislação, informando com antecedência mínima de uma semana a data de agendamento das mesmas, disponibilizando veículo reserva nessa data, para que não sejam prejudicados os serviços prestados.

**8.1.8.5** Será de responsabilidade da CONTRATADA, durante a vigência do contrato, apresentar os veículos, incluindo os veículos reserva, nas vistorias anuais necessárias para a renovação dos documentos de porte obrigatório.

**8.1.8.6** Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá arcar com todas as taxas e despesas relativas ao licenciamento de veículos, bem como o envio da documentação regularizada à CONTRATANTE.

### 8.1.9 Da disponibilidade dos veículos

**8.1.9.1** Os veículos deverão estar à disposição da CONTRATANTE no prazo máximo de até 60 dias corridos após a assinatura do contrato e a entrega dar-se-á por meio da vistoria inicial, conforme procedimento descrito no presente Termo. A data e hora para realização da vistoria inicial deverá ser programada junto à Fiscalização do Contrato.

**8.1.9.2** A CONTRATADA estará sujeita ao desconto proporcional aos dias não fornecidos do Serviço de Locação de Veículos não excluindo as demais sanções previstas no Edital de Licitação e na Minuta de Contrato, caso não ocorra a disponibilização de veículos, após os 60 (sessenta) dias corridos da assinatura do Contrato, conforme o quantitativo especificado;

### 8.1.10 Da vistoria dos veículos

**8.1.10.1** Os veículos deverão estar obrigatoriamente caracterizados, disponibilizados e aptos para vistoria inicial por parte da CONTRATANTE.

**8.1.10.2** Na vistoria inicial, de recebimento do veículo, será feita a inspeção total dos veículos conforme especificações contidas neste Termo de Referência. Para tal, será usado o formulário modelo CHECKLIST da vistoria, PARTE III deste Termo de Referência.

**8.1.10.2.1** Após a vistoria inicial, será emitido relatório que será composto pelo CHECKLIST da vistoria (PARTE III deste Termo de Referência) dos veículos e pelas cópias dos documentos descritos no item 8.1.8.1.

**8.1.10.2.2** Relatórios subsequentes poderão ser exigidos sempre que a Fiscalização considerar necessário e quando a mesma programar novas vistorias. Nestes relatórios subsequentes, serão observados todos os itens do presente Termo de Referência e registro de reincidências problemáticas que sujeitem a CONTRATADA às penalidades pertinentes.

**8.1.10.3** Caso no momento da vistoria seja encontrada alguma não conformidade em relação às especificações definidas neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para adequar ou substituir o veículo.

**8.1.10.3.1** A CONTRATADA estará sujeita a descontos na fatura subsequente por motivo da não prestação do serviço estabelecido neste Termo de Referência.

**8.1.10.4** Na vistoria final, relativa à devolução do veículo, deverá ser feita a inspeção total dos veículos. Para tanto, será usado o mesmo formulário modelo CHECKLIST da vistoria inicial, PARTE III deste Termo de Referência.

**8.1.10.4.1** Após a vistoria final, será emitido relatório de devolução dos veículos.

### 8.1.11 Das manutenções

**8.1.11.1** A CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, em todos os veículos disponibilizados para atendimento do objeto a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante e Manual do Proprietário de cada veículo.

**8.1.11.1.1** A manutenção preventiva dos veículos objeto deste Termo de Referência deverá ser realizada conforme recomendação e periodicidade determinada pelo fabricante e constantes no Manual do Proprietário de cada veículo. A periodicidade de manutenção preventiva do veículo deverá ser informada à CONTRATANTE quando da entrega dos veículos nos locais designados.

**8.1.11.1.2** A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição e/ou reparo de um componente do veículo por desgaste ou por quebra que venha a impedir a plena prestação do serviço.

**8.1.11.2** A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação, com atendimento 24 horas, durante toda a vigência do Contrato, para que sejam sanados eventuais problemas com a execução contratual, observadas as condições descritas no subitem 8.1.15.

### 8.1.12 Da responsabilidade por infrações de trânsito

**8.1.12.1** As infrações de trânsito serão tratadas conforme a natureza do lote contratado, observadas as disposições abaixo:

**I – Lotes que não envolvam disponibilização de mão de obra (locação pura de veículos):**

**8.1.12.2** Nos lotes que não envolvam disponibilização de mão de obra terceirizada, as infrações de trânsito correrão à conta da CONTRATANTE, cabendo a esta apurar a responsabilidade do condutor, promover a indicação do real infrator, quando cabível, e adotar todas as providências administrativas necessárias.

**8.1.12.3** Ocorrendo infração de trânsito, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do seu recebimento, cópia integral da notificação ou auto de infração, contendo todos os dados necessários para apresentação de defesa ou recurso administrativo e para indicação do condutor responsável.

**8.1.12.4** O descumprimento do prazo previsto no subitem anterior, quando resultar em prejuízo ao direito de defesa ou à indicação tempestiva do condutor, implicará a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA pelo pagamento da multa e demais

penalidades decorrentes da infração, não cabendo qualquer ressarcimento por parte da CONTRATANTE.

**8.1.12.5** Permanecerá sob responsabilidade da CONTRATADA a adoção das providências necessárias junto ao órgão de trânsito competente para viabilizar a indicação do condutor pela CONTRATANTE, sempre que exigido pela legislação vigente.

**8.1.12.6** Nos casos em que a infração decorrer de falha mecânica, ausência de manutenção preventiva ou corretiva, irregularidade documental do veículo ou qualquer outra situação imputável à CONTRATADA, a responsabilidade será integralmente desta, inclusive quanto ao pagamento de multas, taxas e demais encargos.

II **– Lotes que envolvam disponibilização de mão de obra (motorista/agente de monitoramento disponibilizado pela CONTRATADA)**

**8.1.12.7** Nos lotes que envolvam disponibilização de motorista pela CONTRATADA, as infrações de trânsito decorrentes da condução do veículo correrão à conta da CONTRATADA, inclusive quanto ao pagamento de multas, pontos na Carteira Nacional de Habilitação do condutor e demais penalidades previstas na legislação de trânsito.

**8.1.12.8** A CONTRATADA será responsável por apurar internamente a conduta de seus empregados, adotar as medidas disciplinares cabíveis e assegurar a regular indicação do condutor junto ao órgão de trânsito competente, quando exigido.

**8.1.12.9** Permanecerá sob responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer infração relacionada a falha mecânica, ausência de manutenção preventiva ou corretiva, irregularidade documental do veículo, ou descumprimento de requisitos legais para circulação.

**8.1.13 Do seguro**

**8.1.13.1** Todos os veículos dos contratos deverão possuir, às expensas da CONTRATADA, seguro contra danos materiais (inclusive para incêndio) e pessoais a terceiros e aos usuários. A cópia da apólice deverá ser fornecida à Fiscalização da CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a vistoria inicial.

**8.1.13.1.1** Em caso de alteração e/ou renovação do seguro, a Fiscalização do contrato deverá ser cientificada e a nova apólice enviada.

**8.1.13.2** A CONTRATANTE não terá coparticipação em caso de sinistros, ou seja, as despesas serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as da franquia da Apólice de Seguro.

**8.1.13.3** Excetuam-se os casos de sinistros decorrentes de culpa ou dolo do condutor, **para os lotes que não envolvam disponibilização de mão de obra (locação pura de veículos),** cuja apuração da responsabilidade será objeto de competente processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com as normas estabelecidas pela legislação vigente.

**8.1.13.4** Em caso de culpa ou dolo, caberá, apenas, o pagamento da franquia do veículo, limitado a 70% (setenta por cento) do valor de uma mensalidade de locação do veículo em questão.

### 8.1.14 Da substituição dos veículos

**8.1.14.1** A CONTRATADA deverá fornecer veículo reserva para substituir os veículos em manutenção preventiva ou corretiva, avariados ou impossibilitados de operar, para que não faltem veículos, de forma alguma, para atender às necessidades da CONTRATANTE.

**8.1.14.2** A CONTRATADA deverá repor o Veículo Oficial por Veículo Reserva (similar) dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nas condições descritas abaixo:

a) No caso dos veículos oficiais não apresentem condições de segurança e conservação adequados à sua utilização, mediante justificativa do usuário ou da Fiscalização;

b) No caso de panes do veículo, acidente, sinistro que implique na perda parcial do veículo e que possam ser recuperados;

c) Veículo inoperante devido à manutenção preventiva ou corretiva;

d) Necessidade de encaminhar os veículos para renovação da documentação junto ao órgão competente;

e) Roubo ou furto;'

f) Outros fatores que inviabilizem a prestação do serviço.

**8.1.14.3** O Veículo Reserva deverá atender aos requisitos dos veículos oficiais, exceto pelos itens e condições abaixo:

a) O veículo disponibilizado pode ser recusado pela fiscalização se não atender às condições mínimas de operação, no momento da entrega;

b) O veículo disponibilizado não deverá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses de uso ou fabricação no momento da entrega;

c) Será permitido a implementação da identidade visual com tecnologia de adesivos imantados ou similares, desde que sejam respeitados os tamanhos

dos logotipos e cores conforme padrão de identidade visual definido pela CONTRATANTE;

d) O veículo reserva não está obrigado a possuir equipamento de telemetria.

**8.1.14.4** A utilização do Veículo Reserva não poderá ultrapassar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos, devendo ser reposto pelo Veículo Oficial.

**8.1.14.5** Caso não seja possível a reposição pelo Veículo Oficial, o Veículo Reserva deverá ser substituído obrigatoriamente por um veículo com as mesmas especificações solicitadas para os veículos oficiais. A quilometragem do veículo a ser reposto deverá ser igual ou inferior à do Veículo Oficial que foi retirado de operação.

**8.1.14.6** A cobertura por Veículo Reserva, por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos caracteriza o não atendimento das obrigações contidas neste Termo de Referência e o não cumprimento deste prazo implicará aplicação das sanções contratuais.

**8.1.14.7** O veículo oficial deverá ser substituído sempre que atingir a quilometragem de 118.000 km e sua idade ultrapassar 03 anos, por veículos com as mesmas configurações, com até um ano de uso e no máximo cinco mil quilômetros rodados.

**8.1.14.8** Caso não seja possível a substituição por Veículo Reserva, em até 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA estará sujeita ao desconto proporcional ao preço unitário diário de locação deste veículo.

**8.1.15 Da telemetria**

**8.1.15.1** A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de rastreamento dos veículos, validado e homologado pela CONTRATANTE, conectado à *web* e disponível *on line* 24 (vinte e quatro) horas por dia, possibilitando consulta de informações por meio de *login* e senha contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Localização e quilometragem percorrida dos veículos disponibilizados no momento da consulta;

b) Parametrização de data e horário inicial e final para a consulta;

c) Pesquisa por placa do veículo desejado ou por código vinculado a somente uma única placa;

d) Posicionamento do veículo período a período pré-definido e parametrizável;

e) Histórico da quilometragem do veículo;

f) Tempo que o veículo pesquisado esteve com a ignição ligada no período da consulta;

g) Registro do veículo parado com motor em funcionamento no período da consulta;

h) Velocidade (km/hora) durante o trajeto no período da consulta.

**8.1.15.2** A CONTRATADA deverá disponibilizar ao Gestor do Contrato e à Fiscalização um relatório em formato de banco de dados ou dashoboard que permita, a critério da CONTRATANTE, emitir/efetuar consultas, tais como:

a) Os veículos efetivamente apresentados ao longo do mês, identificados por suas placas;

b) Data e horário inicial e final no período do relatório;

c) Quilometragem inicial e final no período do relatório;

d) Tempo de funcionamento do(s) veículo(s) no período do relatório;

e) Local do(s) veículo(s) no momento da solicitação do(s) relatório(s), bem como a quilometragem percorrida dentro de um período pré-definido.

**8.1.16 Da subcontratação**

**8.1.16.1** A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia o objeto da contratação.

**8.1.17 Da participação de cooperativas**

**8.1.17.1** Será permitida a participação de sociedades cooperativas, na forma do Edital.

**8.1.18 Da participação em consórcio**

**8.1.18.1** Será permitida a participação em consórcio, na forma do Edital.

**8.1.19 Da integração entre sistemas/plataformas**

**8.1.19.1** A CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente em lotes diários ou a critério da CONTRATANTE, os dados coletados por meio de telemetria, em formato compatível com integração a outras plataformas ou sistemas, utilizando extensões como JSON, CSV ou qualquer outro formato que venha a substituí-los ou se tornar

tecnicamente mais adequado.

## 9. UNIFORMES

**9.1** Todos os colaboradores das equipes operacionais receberão da Contratada uniformes completos e também agasalhos de frio conforme padrão indicado pela Contratante.

**9.2** Todos os uniformes deverão atender às necessidades de segurança pessoal, e conter identificação funcional afixado ao blusão com nome e tipo sanguíneo (tarjeta).

**9.3** O pessoal administrativo e os motoristas serão uniformizados conforme padrão a ser definido em conjunto com a Contratante:

**9.4** 9.4 Os uniformes deverão ser repostos imediatamente, às custas da Contratada, quando detectado o mau estado de utilização, conservação ou asseio.

**9.5** O não uso de qualquer dos itens constantes como parte integrante do uniforme caracteriza não atendimento a este Termo de Referência podendo acarretar a aplicação das sanções administrativas previstas em contrato.

**9.6** A Contratada deverá apresentar prova-piloto dos uniformes para aprovação da Contratante.

### 9.7 ESPECIFICAÇÕES:

**9.7.1 Boné** (Uso: geral). Deverá ser do modelo “bico de pato”, confeccionado em sitel fill neon (L-16) SANTISTA 33% algodão 67% poliéster, com forração de espuma e dotado de fivela regulável, na cor do pantone indicada na Parte II deste Termo de Referência.

**9.7.2 Blusão** (Uso: Equipe operacional). Confeccionado em sitel fill neon (L-16) 33% algodão 67% poliéster, bolsos chanfrados, chapados na frente do blusão, gola com “PATTE” em tecido duplo, abotoamento frontal com botões. O blusão deverá ter impressão serigráfica na frente e costas. Possuir também, aplicação de filme refletivo scotch lite 8910 prata, que deverá ser afixado a um fundo de nylon, na cor do pantone indicada na Parte II deste Termo de Referência, por processo de eletro fusão. Para os inspetores, deverá possuir platinas nos ombros, onde será preso o braçal.

**9.7.3 Agasalho de Frio** (Uso: geral). Agasalho de manga comprida na cor do pantone indicada na Parte II deste Termo de Referência, moleton.

**9.7.4** A Contratada deverá, ao término do contrato, apresentar declaração comprovando o recolhimento de todos os uniformes utilizados pelos colaboradores durante o prazo de vigência do contrato, inclusive daqueles que forem dispensados.

## 10. EQUIPAMENTOS DE USO PESSOAL

### 10.1 Disposições Gerais

**10.1.1** A Contratada deverá providenciar os Equipamentos de Uso Pessoal e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) conforme a legislação.

**10.1.2** Todos os colaboradores das equipes operacionais receberão da Contratada apitos, lanternas e protetores auriculares que serão de uso obrigatório durante todo o horário de serviço.

**10.1.3** O não uso de qualquer dos itens constantes como parte integrante dos Equipamentos de Uso Pessoal caracteriza não atendimento a este Termo de Referência podendo acarretar a aplicação das sanções administrativas previstas em contrato.

**10.2** Especificações

**10.2.1 Bornal**: Confeccionado em material sintético cor preta, para guardar material pessoal de trabalho (EPI's, capa de chuva e outros). Deverá possuir bordado na cor branca com a logomarca da Prefeitura e da Mobi-Rio com a palavra "A SERVIÇO".

**10.2.2 Luvas**: Confeccionadas em couro cru curtido e maleável, cor preta.

**10.2.3 Roupa de Chuva** (Uso: geral). Confeccionada em material laminado de PVC transparente branco ou similar ao uniforme com capuz, composta por 2 peças: blusão e calça.

**10.2.4 Cantil** (Uso: Equipe operacional). Em plástico ou alumínio, material inodoro e atóxico, tampa de rosca que dificulte vazamentos. Capa na cor preta com revestimento interno em alumínio, com fecho para fixar o cantil, com passador para fixar no cinturão. Capacidade mínima de 950 ml.

## 11. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

**11.1** A presente contratação tem fundamento na Lei Federal n.º 13.303/2016, no Decreto Municipal n.º 44.698/2018, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE e, no que couber, na Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c o Decreto Municipal n.º 51.078/2022.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**12.1** Realizar os pagamentos na forma e condições previstas;

**12.2** Realizar a fiscalização do objeto deste Termo de Referência;

**12.3** Responsabilizar-se pelo parqueamento de todos os veículos objeto da contratação.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

**13.1** Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;

**13.2** Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos serviços e entrega dos bens;

**13.3** Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

**13.4** Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;

**13.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo determinado pela Fiscalização;

**13.6** Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços e entrega dos bens:

a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou da CONTRATANTE a como responsável subsidiário ou solidário, a CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou a CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das

respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pela CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

**13.7** Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo prazo de execução contratual;

**13.8** Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

**13.9** Indicar, nas notas fiscais emitidas, quando o objeto envolver prestação de serviços, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

**13.10** Comprometer-se a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**13.11** Disponibilizar no Centro de Controle Operacional da CONTRATANTE, 7 dias por semana e 24 horas por dia**, para os lotes que envolvam a disponibilização de motoristas para apoio operacional de tráfego**, um preposto que atuará como supervisor operacional para receber e analisar as informações disponibilizadas pelas câmeras ou pelos sistemas de comunicação da CONTRATANTE, com posterior transmissão das informações recebidas às equipes operacionais. O citado empregado deverá ter ensino médio completo e conhecimentos de informática.

**13.12** Informar endereço (s) eletrônico (s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

**13.13** Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

## 14. DA FISCALIZAÇÃO E ACEITE DO OBJETO

**14.1** A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela

CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**14.2** A Fiscalização da execução dos serviços e entrega dos bens caberá à comissão designada por ato da autoridade competente no âmbito da CONTRATANTE. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**14.4** A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

**14.5** Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos serviços e dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**14.6** A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução, aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**14.7** A aceitação do objeto deste Termo de Referência se dará mediante a avaliação de Comissão de Fiscalização designada pela autoridade competente no âmbito da CONTRATANTE, e constituída na forma do art. 501, do RGCAF, que constatará se os serviços executados e os bens fornecidos atendem a todas as especificações contidas neste Termo de Referência ou no processo que ensejou a presente contratação.

**14.8** O objeto do presente Termo de Referência será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

**14.9** Os serviços e bens cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação deste Termo de Referência e suas partes deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos

observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**14.10** Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer serviços e/ou bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços e/ou substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução e/ou o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**14.11** Serão registrados nos Boletins Diários de Transporte – BDT, fornecidos e emitidos pela CONTRATANTE e conforme modelo constante da PARTE IV deste Termo de Referência, somente os dias efetivamente trabalhados.

**14.11.1** Só serão aceitos BDT's, com horários e roteiros detalhados, devidamente assinados pelo (s) responsável (eis) /usuário (s).

**14.11.2** O horário de início e término estará atrelado ao momento em que o veículo chegar em seu local de trabalho (local indicado pela CONTRATANTE).

**14.11.3** Mensalmente, junto com a nota fiscal, a CONTRATADA apresentará a cada Órgão CONTRATANTE as segundas vias dos BDT`s do período faturado.

**14.11.4** Por opção da CONTRATANTE, os BDT's poderão ser preenchidos de forma on line, através de sistema disponibilizado pela CONTRATANTE.

## 15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**15.1** Os pagamentos serão efetuados mensalmente à CONTRATADA após a execução e aceite dos serviços, observadas as condições de recebimento do objeto descritas neste Termo de Referência e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da MOBI-Rio.

**15.2** Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

**15.3** O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e do fornecimento realizado e aceito, sem que a CONTRATANTE esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato, caso todo o quantitativo do objeto previsto na Parte I não tenha sido regularmente entregue e aceito.

**15.4** A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão

Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo do Edital.

**15.5** O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor pertinente da CONTRATANTE.

**15.6** O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente da CONTRATANTE.

**15.7** No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

**15.8** O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

**15.9** O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30° (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na tesouraria da CONTRATANTE**.**

**15.10** O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta bancária do fornecedor.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1** Pelo descumprimento total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, o Órgão Gerenciador e o/a (s) CONTRATANTE(S), respectivamente, poderão impor ao contratado, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeito, as seguintes sanções, observado o Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF e o Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, garantida a defesa prévia ao contratado:

I - advertência;

II - Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;

III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da

CONTRATADA;

IV - suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal;

**16.2** A multa aplicada será depositada em conta bancária indicada pela CONTRATANTE, descontada dos pagamentos eventualmente devidos, descontada da garantia ou cobrada judicialmente.

**16.3** As sanções previstas nos incisos I e IV do *subitem* 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato;

**16.4** Do ato que aplicar a pena prevista no inciso IV do subitem 16.1, a autoridade competente no âmbito da CONTRATANTE dará conhecimento aos demais órgãos e entidades municipais interessados, na página oficial desta empresa pública na *internet*.

**16.5** A sanção prevista no inciso IV do subitem 16.1 poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pelo Decreto Municipal n.º 44.698/2018:

**I** - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**II** - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**III** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

**16.6** As multas previstas nos incisos II e III do subitem 16.1 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**16.7** As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

**16.8** Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

## 17. DA GARANTIA CONTRATUAL

**17.1** A CONTRATADA prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, como determina o art. 457 do RGCAF, a ser prestada antes do ato de assinatura, em uma das modalidades previstas no art. 445 do RGCAF e no art. 91 do Regulamento de Licitações e Contratos da Contratante. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas mesmas modalidades. Caso o fornecedor escolha a modalidade seguro-garantia, deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas, e, caso escolha a modalidade carta-fiança, deverá observar as regras da Contratante.

**17.2** A CONTRATANTE se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas à contratação, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

**17.3** Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas na contratação serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**17.4** Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente à CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

**17.5** Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela CONTRATANTE, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

**17.6** Caso o valor da contratação seja alterado, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

**17.7** Sempre que houver reajuste ou alteração do valor da contratação, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

**17.8** A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento da contratação, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

## 18. DA MATRIZ DE RISCOS

**18.1** Para a presente contratação foram identificados os principais riscos conhecidos na Matriz constante do Parte V deste Termo de Referência, bem como estabelecidos os respectivos responsáveis e descritas suas respostas sugeridas.

**18.2** É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como sendo de responsabilidade da CONTRATADA.

**18.3** Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

**18.4** A proposta comercial deverá ser elaborada levando em consideração a natureza e a extensão dos riscos relacionados à Matriz de Risco.

## 19. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**19.1** A pretensa CONTRATADA deverá apresentar proposta de preços de acordo com as especificações deste Termo de Referência e nos moldes praticados pelo Município do Rio de Janeiro.

**19.2** Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado e neles deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação, observando-se, ainda, o contido no subitem 18.4 deste Termo de Referência.

**19.3** Diante da inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho ou outra Norma Coletiva que ampare especificamente a categoria dos ocupantes dos postos de serviço (Motorista Executivo) no Rio de Janeiro, fixou-se como referência salarial mínima a ser observada pelas licitantes o valor de R$ 2.715,00 (dois mil, setecentos e quinze reais).

**19.4** O valor descrito no item 19.3 deverá ser considerado como referência salarial mínima quando da elaboração da proposta da licitante, em sua Planilha de Custos e Formação de Preços.

## 20. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**20.1** O critério de julgamento será o menor preço por lote.

## 21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**21.1** Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente

e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão (ões) ou atestado (s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**21.2** Considera-se compatível com o objeto da licitação o atestado que demonstre que o licitante já prestou serviços de locação de veículos pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

**21.3** Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

**21.3.1** Considera-se grupo econômico quando 2 (duas) ou mais empresas estiverem sob a direção, o controle ou a administração de uma delas, compondo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.

**21.3.2** Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes

**21.4** Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

## 22. DO REGIME DE EXECUÇÃO

A presente contratação adotará o regime de execução empreitada por preço unitário.

Rio de Janeiro, 25 de agostode 2026

**DIEGO MATEUS DA SILVA**
Superintendente de Planejamento e Operações
Matrícula 13/319.352-1

**PARTE I**

**COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

| **CAMINHONETE PICKUP** | |
|---|---|
| CAMINHONETE PICKUP TIPO 01: CABINE DUPLA, tipo L200 MITSUBISHI ou SIMILAR; até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio MANUAL; carroceria inteiriça em aço original de fábrica; SANTO ANTÔNIO; 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; estepe fora do compartimento de cargas; a diesel; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da CONTRATANTE; locação mensal. | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R$** |
| - Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |
| - Recursos mínimos: sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato. Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |
| **TOTAL:** | |
| | |

| CAMINHONETE PICKUP | |
|---|---|
| CAMINHONETE PICKUP tipo: CABINE DUPLA, tipo FIAT TORO ENDURANCE ou SIMILAR; até 24 meses de uso; sem combustível; direção hidráulica; ar condicionado; câmbio AUTOMÁTICO; carroceria inteiriça em aço original de fábrica; SANTO ANTÔNIO; 4 portas laterais; 5 passageiros; motor mínimo 170 HP turbo; bateria ≥ 65 Ah; alternador e cabeamento compatíveis; freios a disco dianteiros e disco ou tambor com ABS; tração 4x4 reduzida com acionamento interno; vidros com película adesiva escura tonalidade média; pneu de média; estepe fora do compartimento de cargas; a diesel; disponibilidade 24 horas, todos os dias; cor branca; identificações conforme indicação posterior da CONTRATANTE; locação mensal. | |
| CUSTOS: | VALOR R$ |
| - Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |
| - Recursos mínimos: sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas | |

| | |
|---|---|
| individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato. Modalidade: Locação mensal. | |
| Subtotal | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |
| TOTAL: | |
| | |
| | |

| **VEÍCULO LEVE** | |
|---|---|
| VEÍCULO EXECUTIVO SEDAN, do tipo Toyota corolla, Honda City, Honda Civic Touring, Nissan Sentra, Chevrolet Cruze, Volkswagen Jetta, Volkswagen Nivus ou SIMILAR; até 24 meses de uso; sem combustível; ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro incluídos; 2 ou 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor mínimo 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da CONTRATANTE; locação em regime mensal. | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R $** |
| - Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |
| - Recursos mínimos: sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato. Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |
| **TOTAL:** | |
| | |

| **VEICULO LEVE** | |
|---|---|
| VEÍCULO LEVE, tipo RENAULT KWID ou SIMILAR; capacidade para 05 passageiros; até 24 meses de uso; sem combustível; equipado com ar condicionado; direção hidráulica; licenciamento e seguro em dia; carroceria de 3 volumes; 04 ou 05 portas; motor potência mínima 1.0 (≥72 cv); sistema flex (gasolina/álcool); vidros com película adesiva escura de tonalidade média; disponível para uso ininterrupto 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados; cor branca; pintura, cores e identificações conforme especificações posteriores da CONTRATANTE; locação em regime mensal. | |
| **CUSTOS:** | **VALOR R $** |

| | |
|---|---|
| Custo de locação pura do veículo | |
| - Custo de customização: Conjunto de sinalização, layout, e, nas pick-ups, Utilitários leves e equipamentos específicos conforme Termo de Referência | |
| - Recursos mínimos: sistema de rastreamento por GPS, chamada full duplex e semi-duplex, teclado reduzido, display colorido, carregador múltiplo de baterias, fone de ouvido com microfone e PTT de lapela, estojo de proteção com clip de cinto, nível de proteção mínimo IP54, capacidade de chamadas de voz e dados, chamadas individuais e em grupo, capacidade de interconexão com sistema de telefonia, licenças de operação no sistema de rádio inclusas durante a vigência do contrato. Modalidade: Locação mensal. | |
| **Subtotal** | |
| Custos Indiretos Supervisão/Lucro/ Impostos | |
| **TOTAL:** | |
| | |
| | |

| **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO** | |
|---|---|
| Número de Meses de Execução Contratual: | **36 meses** |
| Regime Fiscal (Lucro Real ou Presumido?): | |
| **DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS** | |
| Função: | |
| Escala: | |
| Categoria Profissional: | |
| Nome do Sindicato Filiado: | |
| Salário Normativo da Categoria: | |
| Data Base da Categoria: | |
| Município/UF: | |
| Acordo/Convenção Coletiva ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: | |
| Número de Registro da Convenção Coletiva no MTE: | |
| Quantidade de Postos: | |
| Quantidade de Funcionários por Posto: | |

| GRUPO 1 – REMUNERAÇÃO | % | VALOR UNITÁRIO (R$) |
|---|---|---|
| 1.1 Salário-base | | |
| 1.2. Adicional de Periculosidade | | |
| 1.3. Adicional de insalubridade | | |
| 1.4. Adicional noturno | | |
| **1.5. Total Grupo 1 – Remuneração** | 0,00% | |
| **GRUPO 2 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 2.1 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.1.1 INSS | 20,00% | |
| 2.1.2 SESI ou SESC | 1,50% | |
| 2.1.3 SENAI/SENAC | 1,00% | |
| 2.1.4 SEBRAE | 0,60% | |
| 2.1.5 SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50% | |
| 2.1.6 SAT/INSS | | |
| 2.1.7 FGTS | 8,00% | |
| 2.1.8 INCRA | 0,20% | |
| **2.1.9 Subtotal do Subgrupo 2.1** | | |
| **SUBGRUPO 2.2 - 13º SALÁRIO E FÉRIAS** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.2.1 . 13º Salário | 8,30% | |
| 2.2.2. Férias e Terço Constitucional de Férias | 11,10% | |
| 2.2.3 Incidência dos Encargos Previstos no Subgrupo 2.1 sobre o 13° Salário e Férias (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **2.2.4 Subtotal do Subgrupo 2.2** | | |
| **GRUPO 3 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.1.1. Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.2. Incidência do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.3. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.4. Aviso Prévio Trabalhado | | |
| 3.1.5. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| 3.1.6. Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | |
| **3.1.7. Subtotal do Subgrupo 3.1** | | |
| **SUBGRUPO 3.2 – PROVISÃO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.2.1. Ausência por doença | | |

| | | |
|---|---|---|
| 3.2.2. Licença Paternidade | | |
| 3.2.3. Ausências Legais | | |
| 3.2.4. Acidente de Trabalho | | |
| 3.2.5. Afastamento Maternidade | | |
| 3.2.5. Subtotal | | |
| 3.2.7. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o custo de Reposição do Profissional Ausente (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **3.2.8. Subtotal do Subgrupo 3.2** | | |
| **Total Grupo 2 + Grupo 3** | | |
| **GRUPO 4 – BENEFÍCIOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 4.1. Auxílio Transporte | | |
| 4.2. Auxílio Refeição | | |
| 4.3. Auxílio Saúde | | |
| 4.4. Seguro de vida, Invalidez e Funeral | | |
| 4.5. Auxílio Creche | | |
| 4.6. Outros (especificar) | | |
| **4.7. Total Grupo 4** | | |
| **GRUPO 5 – INSUMOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 5.1. Uniformes | | |
| 5.2. Outros (especificar) | | |
| **5.3. Total Grupo 5** | | |

| | | |
|---|---|---|
| **SUBTOTAL 1 (GRUPO 1 + GRUPO 2 +GRUPO 3 + GRUPO 4 + GRUPO 5)** | | |
| **GRUPO 6 – CUSTOS INDIRETOS, SUPERVISÃO E LUCRO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 6.1.1. Supervisão | | |
| 6.1.2. Custos Indiretos/ Reserva Técnica/ Lucro/ Outros | | |
| **6.1.3. Total Grupo 6** | | |
| **SUBTOTAL 2 (SUBTOTAL 1 + GRUPO 6)** | | |
| **GRUPO 7 – TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 7.2.1. ISS | | |
| 7.2.2. COFINS | | |
| 7.2.3. PIS | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| **7.2.4. Total Grupo 7** | | |

| | |
|---|---|
| **SUBTOTAL 3 - CUSTO TOTAL DO EMPREGADO (SUBTOTAL 2 + GRUPO 7)** | |

| | |
|---|---|
| **CUSTO TOTAL DO POSTO DE SERVIÇO (SUBTOTAL 3 X Quantidade de Funcionários por Posto)** | |

**OBS.: DEVERÁ SER PREENCHIDA PARA CADA UMA DAS CATEGORIAS DO EFETIVO A SER CONTRATADO.**

| **GRUPO 1 – REMUNERAÇÃO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
|---|---|---|
| 1.1 Salário-base | | |
| 1.2. Adicional de Periculosidade | | |
| 1.3. Adicional de insalubridade | | |
| 1.4. Adicional noturno | | |
| **1.5. Total Grupo 1 – Remuneração** | 0,00% | |
| **GRUPO 2 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 2.1 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.1.1 INSS | 20,00% | |
| 2.1.2 SESI ou SESC | 1,50% | |
| 2.1.3 SENAI/SENAC | 1,00% | |
| 2.1.4 SEBRAE | 0,60% | |
| 2.1.5 SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50% | |
| 2.1.6 SAT/INSS | | |
| 2.1.7 FGTS | 8,00% | |
| 2.1.8 INCRA | 0,20% | |
| **2.1.9 Subtotal do Subgrupo 2.1** | | |
| **SUBGRUPO 2.2 - 13º SALÁRIO E FÉRIAS** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 2.2.1 . 13º Salário | 8,30% | |
| 2.2.2. Férias e Terço Constitucional de Férias | 11,10% | |
| 2.2.3 Incidência dos Encargos Previstos no Subgrupo 2.1 sobre o 13° Salário e Férias (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **2.2.4 Subtotal do Subgrupo 2.2** | | |
| **GRUPO 3 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS** | | |
| **SUBGRUPO 3.1 - PROVISÃO PARA RESCISÃO** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.1.1. Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.2. Incidência do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.3. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado | | |
| 3.1.4. Aviso Prévio Trabalhado | | |

| | | |
|---|---|---|
| 3.1.5. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| 3.1.6. Multa do FGTS e Contribuições Sociais sobre o Aviso Prévio Trabalhado | | |
| **3.1.7. Subtotal do Subgrupo 3.1** | | |
| **SUBGRUPO 3.2 – PROVISÃO DE CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE** | **%** | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 3.2.1. Ausência por doença | | |
| 3.2.2. Licença Paternidade | | |
| 3.2.3. Ausências Legais | | |
| 3.2.4. Acidente de Trabalho | | |
| 3.2.5. Afastamento Maternidade | | |
| 3.2.5. Subtotal | | |
| 3.2.7. Incidência dos Encargos do Subgrupo 2.1 sobre o custo de Reposição do Profissional Ausente (Item 2.1.9-Subtotal do Subgrupo 2.1) | | |
| **3.2.8. Subtotal do Subgrupo 3.2** | | |
| **Total Grupo 2 + Grupo 3** | | |
| **GRUPO 4 – BENEFÍCIOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 4.1. Auxílio Transporte | | |
| 4.2. Auxílio Refeição | | |
| 4.3. Auxílio Saúde | | |
| 4.4. Seguro de vida, Invalidez e Funeral | | |
| 4.5. Auxílio Creche | | |
| 4.6. Outros (especificar) | | |
| **4.7. Total Grupo 4** | | |
| **GRUPO 5 – INSUMOS** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 5.1. Uniformes | | |
| 5.2. Outros (especificar) | | |
| **5.3. Total Grupo 5** | | |
| **SUBTOTAL 1 (GRUPO 1 + GRUPO 2 +GRUPO 3 + GRUPO 4 + GRUPO 5)** | | |
| **GRUPO 6 – CUSTOS INDIRETOS, SUPERVISÃO E LUCRO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 6.1.1. Supervisão | | |
| 6.1.2. Custos Indiretos/ Reserva Técnica/ Lucro/ Outros | | |
| **6.1.3. Total Grupo 6** | | |
| **SUBTOTAL 2 (SUBTOTAL 1 + GRUPO 6)** | | |
| **GRUPO 7 – TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO** | % | **VALOR UNITÁRIO (R$)** |
| 7.2.1. ISS | | |
| 7.2.2. COFINS | | |

| | | |
|---|---|---|
| 7.2.3. PIS | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| 7.2.4 IRPJ (4,80%) + Adicional (3,00 %) | | |
| 7.2.5 CSLL | | |
| **7.2.4. Total Grupo 7** | | |
| **SUBTOTAL 3 - CUSTO TOTAL DO EMPREGADO (SUBTOTAL 2 + GRUPO 7)** | | |
| **CUSTO TOTAL DO POSTO DE SERVIÇO (SUBTOTAL 3 X Quantidade de Funcionários por Posto)** | | |

## PARTE II - IDENTIFICAÇÃO VISUAL (FROTA, UNIFORMES e EPIs)

### ILUSTRAÇÕES: FROTA




*Figura 1 PICKUPS/CAMINHONETES*




*Figura 2 VEÍCULO LEVE*

**ILUSTRAÇÕES: UNIFORMES**

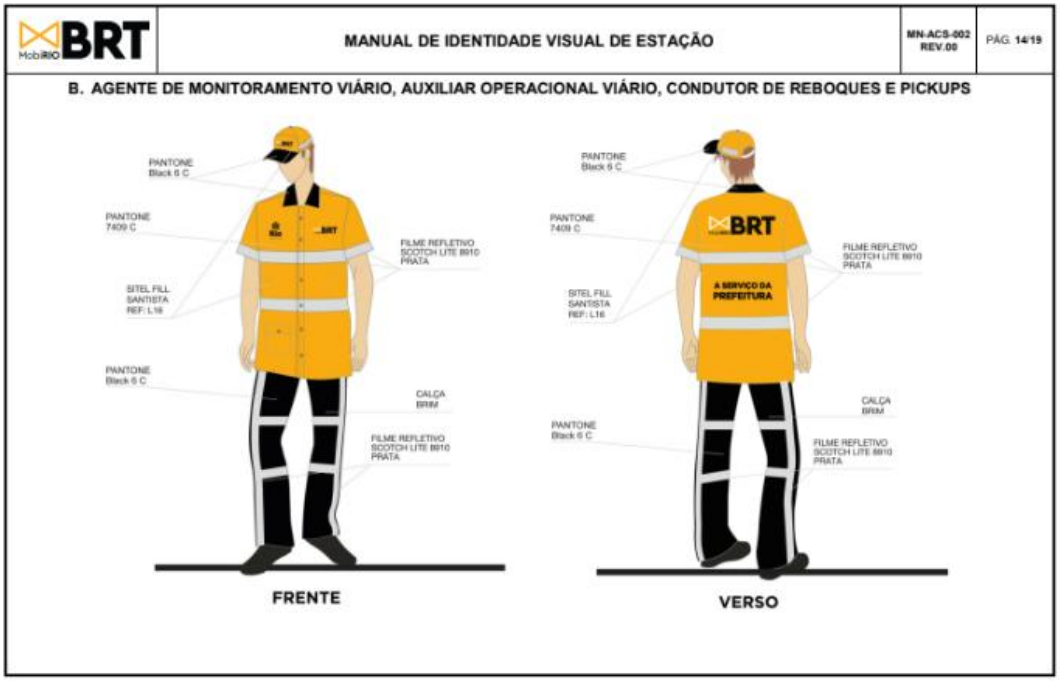



*Figura 3 AGENTE DE MONITORAMENTO VIÁRIO, AUXILIAR OPERACIONAL*

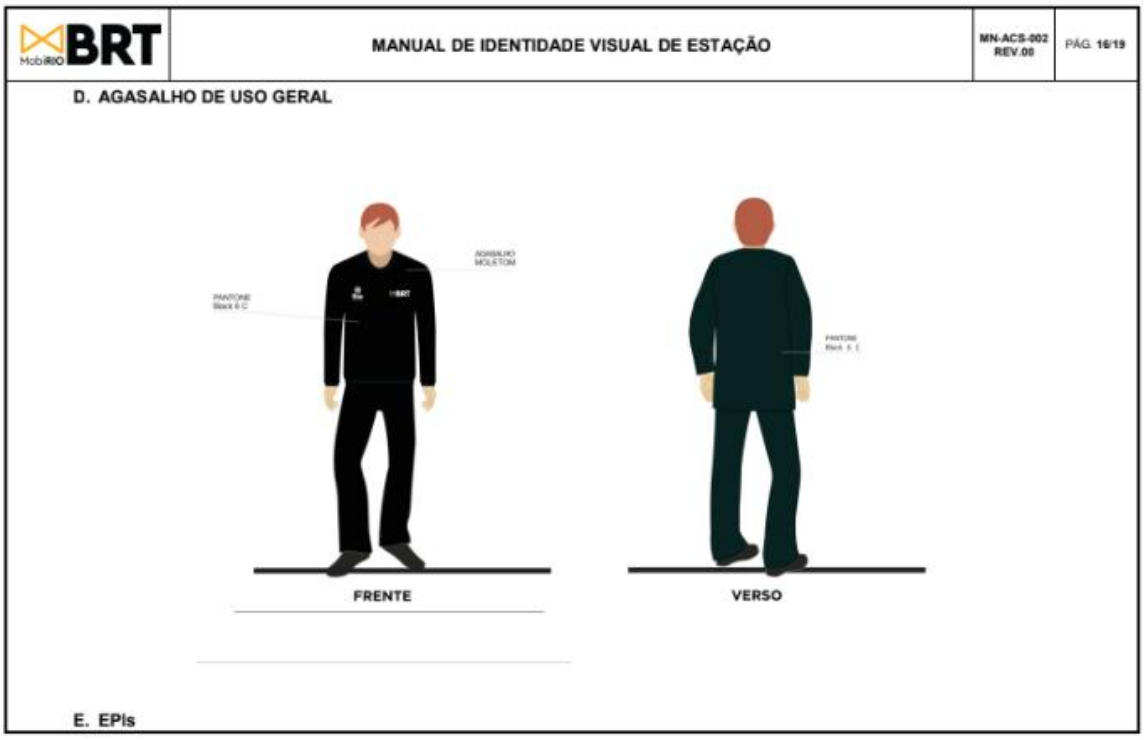



*Figura 4 AGASALHO (USO GERAL)*

## ILUSTRAÇÕES – EPIs e ACESSÓRIOS

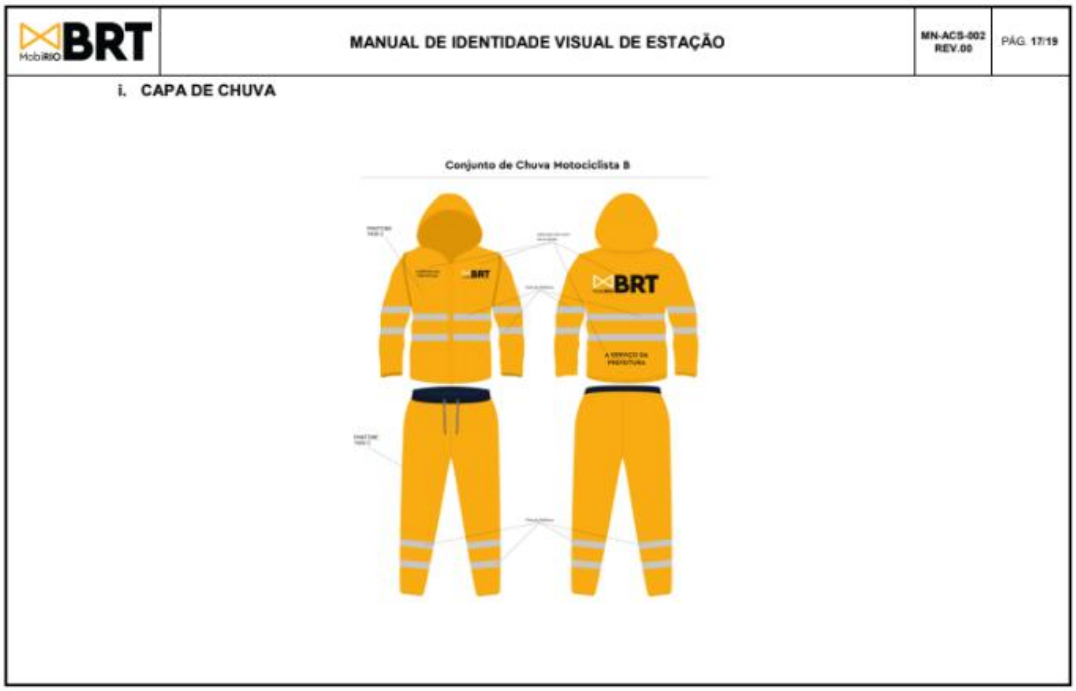



*Figura 5 CAPA DE CHUVA (2 PEÇAS)*



*Figura 6 BOTA CANO CURTO*



*Figura 7 LANTERNA*



*Figura 8 CANIL*

**ILUSTRAÇÕES – MATERIAL DE SINALIZAÇÃO**

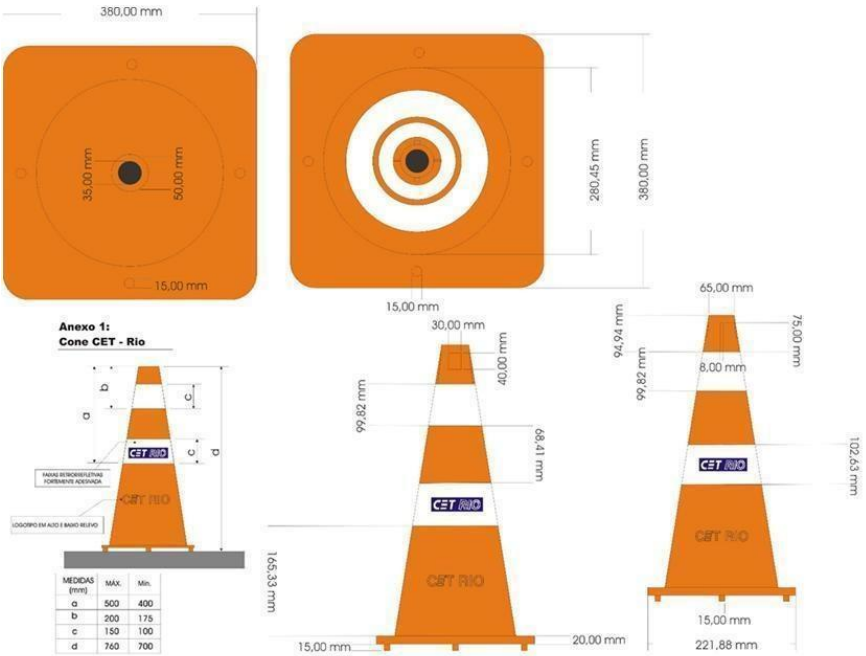



*Figura 9 CONE PARA SINALIZAÇÃO*



*Figura 10 DISPOSITIVO DE ILUMINAÇÃO ACOPLÁVEL AO CONE*

## PARTE III - CHECKLIST

**CHECK LIST DE VISTORIA**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**

**Contratante:** _____

**Unidade Gestora:** _____ **Processo nº** _____

**Contratada:** _____

**CNPJ nº** _____ **Contrato nº** _____

**Tipo do Veículo:** **( ) Executivo ( ) Expediente ( ) Equipe de Trabalho**

**Marca:**_____ **Modelo:**_____ **Placa:**_____

**Ano Fabricação:**_____ **Ano modelo:**_____

**Cor:**_____ **Tipo de Combustível:**_____

**RENAVAN:**_____ **Quilometragem:**_____

**Local de Licenciamento:**_____

| Descrição do Item Vistoriado | Vistoria de Recebimento | | | Vistoria de Devolução | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sim | Não | N/A | Sim | Não | N/A |
| Ar Condicionado | | | | | | |
| Air Bags Frontais | | | | | | |
| Freios ABS | | | | | | |
| GPS | | | | | | |
| Central Multimídia | | | | | | |
| Extintor de Incêndio | | | | | | |
| Triângulo | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Cinto de Segurança** | | | | | | |
| **Direção Hidráulica** | | | | | | |
| **Tomada 12 Volts** | | | | | | |
| **Trava Elétrica nas Portas** | | | | | | |
| **Pneu Reserva** | | | | | | |
| **Kit de Ferramentas** | | | | | | |
| **Barra Sinalizadora** | | | | | | |
| **Sistema de Sinalização** | | | | | | |
| **Cópia do CLRV** | | | | | | |
| **Caracterização** | | | | | | |
| **Avaria na Lataria** | | | | | | |
| **Avaria na Pinura** | | | | | | |
| | | | | | | |

**AVARIA DE RECEBIMENTO: SIM ( ) NÃO ( )**

**DESCRIÇÃO DE AVARIAS/ RECEBIMENTO:**

**AVARIA DE DEVOLUÇÃO: SIM ( ) NÃO ( )**

**DESCRIÇÃO DE AVARIA/DEVOLUÇÃO**

Veículo Recebio em,____/____/20
em,_____/_____/20

Veículo Devolvido

**CONTRATANTE**

Nome do Servidor:

Cargo:

Matrícula:

**CONRATANTE**

Nome do Servidor:

Cargo

Matrícula:

_____

**CONTRATADA**

Nome do Servidor:

Cargo:

CPF:

**CONTRATADA**

Nome:

Cargo:

CPF:

**PARTE IV - BOLETIM DIÁRIO DE TRANSPORTES PRÓPRIO/LOCADO 24 HORAS**

## BOLETIM DIÁRIO DE TRANSPORTES PRÓPRIO/LOCADO 24 HORAS

1-Nº do BDT

**I – ABERTURA DO BDT AGENTE RESPONSÁVEL – ( GARAGEM / USUÁRIO )**

| 2-Data | 3-Agente expedidor | 4-Matrícula |
|---|---|---|

**Identificação do Veículo**

| 5-Placa | 6-Motorista | 7-Matrícula ou Nº CNH ( Locado ) |
|---|---|---|
| 8-Placa Substituto | 9-Motorista Substituto | 10-Matrícula ou Nº CNH ( Locado ) |

**Ordem de Serviço**

| 11-Hora de saída (Local de guarda) | 12-Usuário |
|---|---|
| 13-Local da apresentação | |

**II – ABASTECIMENTO - ( MOTORISTA )**

| 1 º ABASTECIMENTO | | | | 2 º ABASTECIMENTO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Combustível | Hora | Odômetro | Litros/m³ | Combustível | Hora | Odômetro | Litros/m³ |
| Gasolina | 14 | 15 | 16 | Gasolina | 17 | 18 | 19 |
| Gás | 20 | 21 | 22 | Gás | 23 | 24 | 25 |

**III – MOVIMENTAÇÃO DE VIATURA - ( GARAGEM / USUÁRIO )**

| | Hora | Odômetro | Observações |
|---|---|---|---|
| Chegada | 26 | 27 | 30 |
| Saída | 28 | 29 | |

| 31-Local da despensa | | |
|---|---|---|
| 32-Nome do Usuário: | 33-Matrícula: | 34-Rubrica |

**V- OPERAÇÃO ( MOTORISTA)**

| LOCAL ( Endereço ) | SAÍDA | CHEGADA | ODÔMETRO | RUBRICA |
|---|---|---|---|---|
| 35 | 36 | 37 | 38 | 39 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

**VI - OCORRÊNCIAS – (AVARIAS DIVERSAS / FALTA OU DEFEITO NOS ACESSÓRIOS DA VIATURA) – (MOTORISTA)**

| Ocorrência |
|---|
| 40 |
| |
| |

**VII – ENCERRAMENTO DO BDT. ( MOTORISTA)**

| 41-Nome do motorista | 42-Matrícula ou CNH |
|---|---|
| | |

## ANEXO III

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CMTC RIO (MOBI - Rio) Nº ___/_____**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP – CMTC - RIO (MOBI-Rio) Nº ____/____**

**VALIDADE: ____/_____/_____**

Aos dias ____ do mês de _____do ano de ____, na _____ _____, Rio de Janeiro, a COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio), nos termos das normas de caráter geral das Lei Federal nº 13.303/2016 regulamentada pelo Decreto Rio nº 44.698/2018 c/c Lei Federal nº 14.133/2021, observados os aspectos procedimentais pelo Decreto Rio nº 51.078/2022, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC-RIO (MOBI-Rio), disponibilizado na página desta na *internet*, dos Decretos Municipais n° 23.957/04 e 30.538/09, da Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, do Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, da Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, Lei Complementar n. 235/21, pelos Decretos Municipais nº, 27.715/07, 31.349/09, 43.612/2017 e 50.018/2021, com suas alterações posteriores, pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337- E a 337- P do Código Penal, na forma do art. 185 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em face do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) **Nº 90XXX/2026**, realizado por meio do processo administrativo nº 007300.002079/2026-15, homologado em _____ e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de ____/___/___, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto é a **prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO,** para atender aos órgãos e entidades da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro –PCRJ que se interessarem, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS da COMPANHIA MUNICIPAL DE

TRANSPORTES COLETIVOS -CMTC-RIO (MOBI-Rio) Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE ESTIMADA | |
|---|---|---|---|
| | | | |
| EMPRESA | | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| | | | |

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

RG:

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade para a Administração Pública. (Redação dada pela Portaria MOBI-Rio “N” Nº 002, Rio de Janeiro, de 25 de março de 2026).

**CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO**

Nos casos em que for celebrado instrumento de contrato, a execução dos serviços se dará após a assinatura deste e, se não for celebrado instrumento de contrato, será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo Único - Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

a) o número da Ata;
b) a descrição do serviço;
c) o local de entrega e hora;
d) o valor da requisição;
e) as condições de pagamento;
f) as penalidades;
g) a garantia contratual.

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária, mensalmente, observadas as condições de recebimento do objeto descritas no Termo de Referência, no termo de contrato e nesta Ata de Registros de Preços.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente do(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A empresa beneficiária deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na prestação do serviço, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VIII, e outros documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à empresa beneficiária para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à empresa beneficiária, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE *e* a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à empresa beneficiária através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo(a) CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à MOBI-Rio.

**CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

A prestação dos serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo II) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos serviços e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro – Nos casos em que for celebrado o instrumento de contrato, a prestação de serviços será precedida da assinatura deste pelas partes e, nos casos em que não for celebrado instrumento de contrato, a prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão/Entidade Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo II), para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto – A formalização do pedido estará caracterizada, com a consequente obrigação de execução por parte da (s) beneficiária (s):

a) para os órgãos/entidades participantes, se, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, tiver sido emitido o Ofício de Requisição ou a Nota de Empenho;
b) para os órgãos/entidades não participantes, após autorização do Órgão Gerenciador, devidamente publicada em Diário Oficial e emissão do Ofício de Requisição ou da Nota de Empenho durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Quinto - As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo - No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo - A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono **-** Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço (s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo - O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Parágrafo Primeiro – A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.5 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – Pelo descumprimento total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, observado o Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio), garantida a defesa prévia ao beneficiário da ata:

I - Advertência;

II - Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;

III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

IV - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal;

Parágrafo Terceiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nos incisos I e IV do parágrafo segundo desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nos incisos II e III do parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Quinto – As multas previstas nos incisos II e III do parágrafo segundo desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a empresa beneficiária de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à empresa beneficiária mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO**

A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem empresas registradas e, por iniciativa da Administração, quando determinado pelo interesse público;

Parágrafo Primeiro – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I - Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar incompatível com aqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Segundo - O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

**CLÁUSULA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCOS**

Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, foram identificados os principais riscos conhecidos decorrentes da presente contratação, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecidos os respectivos responsáveis e descritas suas respostas sugeridas na Matriz constante do Anexo XI do Edital.

**Parágrafo Primeiro** - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo** - Sempre que atendidas as condições da contratação e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**Parágrafo Terceiro** - A Contratada declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos na contratação e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e formalização da contratação.

**CLÁUSULA NONA – FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP da** COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) N.° 90XXX/2026 **e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.**

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ___ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

_____
AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA BENEFICIÁRIA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO IV**

**ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – OES Nº _____ / _____**

**REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº _____/_____**

**À**

**EMPRESA:**

**ENDEREÇO:**

| | | |
|---|---|---|
| **CNPJ:** | **TELEFONE:** | **TELEFONE:** |
| **N° DO BANCO:** | **AGÊNCIA:** | **CONTA CORRENTE:** |

Solicitamos a Vossa Senhoria prestar os serviços abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS da** COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) **Nº 90XXX/2026** e/ou do Termo de Referência seu anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº 007300.002079/2026-15 de 24/09/2026, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema.

**1. OBJETO**

O objeto da presente ordem de execução é a **prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO,** conforme as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS CMTC - RIO (MOBI-Rio) Nº 90XXX/2026 e/ou do Termo de Referência.

**2. EXECUÇÃO**

O prazo para execução dos serviços será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura da Ordem de Execução de Serviços e, em caso de formalização de contratos,

contados a partir da Ordem de Início encaminhada pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado a critério da CONTRATANTE.

Os serviços deverão ser prestados em períodos contínuos de 24 horas, nos dias úteis, feriados, sábados e domingos.

O prazo de início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços pela CONTRATANTE.

Na hipótese de alteração relevante do planejamento das atividades, inclusive por reestruturação do serviço, suspensão, descontinuidade de linhas ou extinção do modelo operacional que fundamenta a utilização dos bens objeto deste contrato, ou ainda caso seja revogada, extinta ou modificada a delegação conferida à CONTRATANTE, esta poderá promover a rescisão unilateral, mediante simples comunicação à Contratada, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias. Nessa hipótese, a rescisão limitar-se-á ao pagamento proporcional correspondente aos serviços efetivamente executados até a data indicada para o encerramento contratual.

## 3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

3.1 – Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Proposta;

3.2 - Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos serviços;

3.3 - Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

3.4 - Atender às determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE;

3.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo determinado pela Fiscalização;

3.6 - Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução dos serviços:

a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município

do Rio de Janeiro ou da CONTRATANTE a como responsável subsidiário ou solidário, a CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou a CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pela CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

3.7 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo prazo de execução contratual;

3.8 - Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

3.9 - Indicar, nas notas fiscais emitidas, quando o objeto envolver prestação de serviços, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

3.10 Comprometer-se a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.11 Disponibilizar no Centro de Controle Operacional da CONTRATANTE, 7 dias por semana e 24 horas por dia, para os lotes que envolvam a disponibilização de motoristas para apoio operacional de tráfego, um preposto que atuará como supervisor operacional para receber e analisar as informações disponibilizadas pelas câmeras ou pelos sistemas de comunicação da CONTRATANTE, com posterior transmissão das informações recebidas às equipes operacionais. O citado empregado deverá ter ensino médio completo e conhecimentos de informática.

3.12 Informar endereço (s) eletrônico (s) para comunicação e recebimento de

notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

3.13 Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

3.14 Arcar com os custos da publicação dos extratos dos eventuais termos de contratos que vierem a ser celebrados e respectivos termos aditivos, na forma da clausula própria do instrumento que vier a ser celebrado.

**4. DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, observadas as disposições referentes ao recebimento do objeto contidas no Termo de Referência, no Edital e nesta ordem de execução de serviço.

**Parágrafo Primeiro** – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

**Parágrafo Terceiro** – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor pertinente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio).

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista.

**Parágrafo Quinto** – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio).

**Parágrafo Sexto** – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Sétimo** – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência

de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na tesouraria da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

**Parágrafo Oitavo** – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Tesouraria da CONTRATANTE.

**Parágrafo Nono** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio).

**5. VALOR DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:**

O valor total da presente Ordem de Execução de Serviços é de R$ _____ (_____).

**6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações decorrentes da contratação, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas no Edital.

**7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

7.1 - A área de abrangência para a prestação dos serviços estará inserida dentro dos limites do Município do Rio de Janeiro, em especial todas as unidades físicas operadas pela MOBI-Rio, bem como todo o sistema viário exclusivo do BRT (calhas) de ligação entre essas unidades, para fins de deslocamento interno, transporte de equipamentos, insumos e mão de obra necessários ao desenvolvimento de todas as atividades funcionais.

7.2 - Em caráter de apoio e a critério da Contratante, a Contratada poderá prestar os serviços em diferentes áreas dentro dos limites do Município do Rio de Janeiro, respeitando os limites de recursos humanos e materiais estimados no Termo de Referência.

**8. GARANTIA CONTRATUAL:**

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R$ _____ (_____) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total desta Ordem de Execução de Serviço.

Parágrafo Único – Devem ser observadas todas as regras referentes à garantia contratual especificadas no Edital.

**9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram e complementam a presente Ordem de Execução de Serviço, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) Nº 90XXX/2026.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

_____

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Ratifico que a prestação do serviço solicitada pelo requisitante se encontra em consonância com a expectativa (máxima) de execução de serviço informada pelo Órgão Participante.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

_____

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO GERENCIADOR
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

## ANEXO V

## MINUTA DE CONTRATO (PE / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

*Termo de Contrato celebrado entre* a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para prestação de serviços abaixo especificados.

Aos dias ____ do mês de _____do ano de ____, na _____ *[endereço da entidade CONTRATANTE]*, a (o) _____ *[entidade da Administração Indireta]*, a seguir denominado (a) CONTRATANTE, representado pelo _____ *[autoridade administrativa competente para firmar o contrato]*, e a sociedade_____, estabelecida na _____ *[endereço da sociedade adjudicatária]*, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____ *[representante da sociedade adjudicatária, (nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade n.°_____ e inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º_____)* têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) Nº 90XXX/2026, realizado por meio do processo administrativo nº 007300.002079/2026-15, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral das Lei Federal nº 13.303/2016 regulamentada pelo Decreto Rio nº 44.698/2018 c/c Lei Federal nº 14.133/2021, observados os aspectos procedimentais pelo Decreto Rio nº 51.078/2022, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC-RIO (MOBI-Rio), disponibilizado na página desta na *internet*, pelos Decretos Municipais n° 23.957/04 e 30.538/09, 50.018/2021 pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº

207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, Lei Complementar n.º 235/2021, pelos Decretos Municipais nº 27.715/07, 31.349/09, 43.612/2017, com suas alterações posteriores, pelas normas de direito penal contidas nos artigos 337- E a 337- P do Código Penal, na forma do art. 185 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a **prestação de serviços de locação de veículos, sem combustível, com e sem motorista, incluindo prestação de serviço para atividades de operação de tráfego e apoio às unidades da MOBI-RIO,** sob o regime de empreitada de preço unitário, conforme as especificações constantes do Termo de Referência.

Parágrafo Único – Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 007300.002079/2026-15, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo (a) CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

A CONTRATADA foi declarada habilitada nos seguintes lotes:

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, observadas as disposições referentes ao recebimento do objeto contidas no Termo de Referência, no Edital e neste contrato.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor pertinente do (a) CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração, sob a forma do Anexo VIII.

Parágrafo Quinto – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente do (a) CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente do (a) CONTRATANTE.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo (a) CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio).

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses nos termos do Decreto Municipal nº 43.612/2017.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po [(I-Io)/Io] Onde:
R = valor do reajuste; I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;
Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

**CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo (a) CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato da autoridade competente no âmbito do (a) CONTRATANTE. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo (a) CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.
Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o (a) CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do (a) CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do (a) CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos

equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Sexto – Serão registrados nos Boletins Diários de Transporte – BDT, fornecidos e emitidos pela CONTRATANTE e conforme modelo constante da PARTE IV deste Termo de Referência, somente os dias efetivamente trabalhados.

Parágrafo Sétimo – Só serão aceitos BDT's, com horários e roteiros detalhados, devidamente assinados pelo (s) responsável (eis) /usuário (s).

Parágrafo Oitavo – O horário de início e término estará atrelado ao momento em que o veículo chegar em seu local de trabalho (local indicado pela CONTRATANTE).

Parágrafo Nono – Mensalmente, junto com a nota fiscal, a CONTRATADA apresentará a cada Órgão CONTRATANTE as segundas vias dos BDT`s do período faturado.

Parágrafo Décimo – Por opção da CONTRATANTE, os BDT's poderão ser preenchidos de forma on line, através de sistema disponibilizado pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA**

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R$ _____ (_____) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O (A) CONTRATANTE se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá o (a) CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao (à) CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e

oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo (a) CONTRATANTE, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 92 do Decreto Municipal 44.698/18, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Sexto – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

Parágrafo Sétimo – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO**

O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura da Ordem de início encaminhada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – Os serviços deverão ser prestados em períodos contínuos de 24 horas, nos dias úteis, feriados, sábados e domingos.

Parágrafo Segundo – O prazo de início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços pela CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de alteração relevante do planejamento das atividades, inclusive por reestruturação do serviço, suspensão, descontinuidade de linhas ou extinção do modelo operacional que fundamenta a utilização dos bens objeto deste contrato, ou ainda caso seja revogada, extinta ou modificada a delegação conferida à CONTRATANTE, esta poderá promover a rescisão unilateral, mediante simples comunicação à Contratada, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias. Nessa hipótese, a rescisão limitar-se-á ao pagamento proporcional correspondente aos serviços efetivamente executados até a data indicada para o encerramento contratual.

Parágrafo Quarto – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos do Decreto Municipal 44.698/18 e demais normas municipais aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de serviços continuados, o contrato poderá ser prorrogado na forma do artigo 82 do Decreto Municipal 44.698/18 e demais normas municipais aplicáveis.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

I – realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao (à) CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo (à) CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o (a) CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do (a) CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o (a) CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo (a) CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo prazo de execução contratual;

VIII - Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução desta contratação, eximindo a CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XIX - Indicar, nas notas fiscais emitidas, quando o objeto envolver prestação de serviços, o efetivo período do mês que está sendo faturado.

X - Comprometer-se a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XI - Disponibilizar no Centro de Controle Operacional da CONTRATANTE, 7 dias por semana e 24 horas por dia, para os lotes que envolvam a disponibilização de motoristas para apoio operacional de tráfego, um preposto que atuará como supervisor operacional para receber e analisar as informações disponibilizadas pelas câmeras ou pelos sistemas de comunicação da CONTRATANTE, com posterior transmissão das informações recebidas às equipes operacionais. O citado empregado deverá ter ensino médio completo e conhecimentos de informática.

XII - Informar endereço (s) eletrônico (s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

XIII - Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

XIV - arcar com os custos da publicação dos extratos dos eventuais contratos que vierem a ser celebrados e respectivos termos aditivos, na forma da cláusula própria do instrumento que vier a ser celebrado;

XV – Todas as especificações e demais disposições não contidas neste contrato, mas previstas no Termo de Referência e no edital do certame público devem ser observadas para o integral cumprimento das obrigações contratuais.

XVI – Em caso de descumprimento de quaisquer obrigações, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades descritas no Termo de Referência, no Edital e neste Contrato.

XVII - Responsabilizar-se pelo parqueamento de todos os veículos objeto da contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATANTE**

São obrigações do (a) CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização dos serviços contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

A aceitação do objeto deste contrato se dará mediante a avaliação da Comissão de Fiscalização prevista na cláusula sexta, que constatará se os serviços atendem a todas as especificações contidas no Edital e seus Anexos, e na Proposta que ensejou a presente contratação.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pelo (a) CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do (a) CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, o (a) CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORÇA MAIOR**

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, o (a) CONTRATANTE poderá impor ao licitante, adjudicatário ou contratado, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeito, as seguintes sanções, observado o Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – RGCAF e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio), garantida a defesa prévia ao contratado:

I - Advertência;

II - Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;

III - Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

IV - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal;

**Parágrafo Primeiro** – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Segundo** – As sanções previstas nos incisos “I” e “IV”” do *caput* desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nos incisos “II” e “III”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

**Parágrafo Terceiro –** Do ato que aplicar a pena prevista no inciso IV desta Cláusula, a autoridade competente dará conhecimento aos demais órgãos/entidades municipais interessados, na página oficial da CONTRATANTE na internet.

**Parágrafo Quarto** – A sanção prevista no inciso “IV” do *caput* desta Cláusula poderá também ser aplicada às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pelo Decreto Municipal 44.698/18, tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Quinto** – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

**Parágrafo Sexto** – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

**Parágrafo Sétimo** – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

**Parágrafo Oitavo** – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Nono** – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

**Parágrafo Décimo** – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

**Parágrafo Décimo Segundo** – As multas previstas nos incisos “II” e “III” do *caput* desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A aplicação das sanções estabelecidas nesta Cláusula é da competência do Diretor-Presidente da CONTRATANTE.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Deve-se observar, ainda, o procedimento descrito no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) no tocante à aplicação das sanções administrativas mencionadas nesta Cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo, salvo se concedido excepcionalmente pela autoridade competente, recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades contidas nos incisos II e III da Cláusula Décima Terceira.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, que poderá ocorrer através de:

I – Ato unilateral, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no Regulamento de Licitações e Contratos da CONTRATANTE;
II – Acordo entre as partes, desde que seja vantajoso para a CONTRATANTE;
III – Determinação judicial.

**Parágrafo Primeiro** – A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

**Parágrafo Segundo** – Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de rescisão unilateral promovida pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, ou, ainda, sobre o valor do Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá promover:

a) a devolução da garantia;

b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas aos serviços medidos e aceitos até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Desde que previamente prevista e no limite indicado no edital de licitação, a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento.

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese descrita no *caput*, a CONTRATADA não poderá efetivamente subcontratar, nem ceder, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

**Parágrafo Segundo** – A SUBCONTRATADA deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor.

**Parágrafo Terceiro** – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

**Parágrafo Quarto** – É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

(a) do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;
(b) direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

O (A) CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município até o 5.º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O (A) CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

A CONTRATADA fica obrigada a devolver as vias do contrato assinado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento, sob pena de sanções administrativas cabíveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

**Parágrafo Primeiro** – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

**Parágrafo Segundo** - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA MATRIZ DE RISCOS**

Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, foram identificados os

principais riscos conhecidos decorrentes da presente contratação, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecidos os respectivos responsáveis e descritas suas respostas sugeridas na Matriz constante do Anexo XI do Edital que integra o presente contrato.

**Parágrafo Primeiro** - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo** - Sempre que atendidas as condições da contratação e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**Parágrafo Terceiro** - A Contratada declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos na contratação e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e formalização da contratação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A área de abrangência para a prestação dos serviços estará inserida dentro dos limites do Município do Rio de Janeiro, em especial todas as unidades físicas operadas pela MOBI-Rio, bem como todo o sistema viário exclusivo do BRT (calhas) de ligação entre essas unidades, para fins de deslocamento interno, transporte de equipamentos, insumos e mão de obra necessários ao desenvolvimento de todas as atividades funcionais.

Em caráter de apoio e a critério da Contratante, a Contratada poderá prestar os serviços em diferentes áreas dentro dos limites do Município do Rio de Janeiro, respeitando os limites de recursos humanos e materiais estimados neste Termo de Referência.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos bens objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na COMPANHIA MUNICIPAL

DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio) e/ou no (a) CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em ___ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

_____

AGENTE PÚBLICO AUTORIDADE COMPETENTE DA ENTIDADE CONTRATANTE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

_____

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03**
(em papel timbrado da empresa)

**À** COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio)

Ref. Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO CMTC - RIO (MOBI-Rio) SRP N.º 90XXX/2026.

_____ *[denominação/razão social da sociedade empresarial]*, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° _____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da carteira de identidade n° _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n° _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: (  ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VII

**DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 48 DO DECRETO 44.698/18 E ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 19.381/01**
(em papel timbrado da empresa)

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio)
Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO CMTC - RIO (MOBI-Rio) SRP N.º 90XXX/2026.

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n° _____.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos administradores, dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou empregados, diretores ou Conselheiros de entidade da Administração Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do ato convocatório , ou tenham ocupado cargo ou emprego integrante dos 1º e 2º escalões dos órgãos da Administração Direta ou das entidades da Administração Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/01.

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO VIII

## DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA

(em papel timbrado da empresa)

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio)

Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO CMTC - RIO (MOBI-Rio) SRP N.º 90XXX/2026.

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ *[órgão ou entidade licitante]*, que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência __mês__/__ano__) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC - RIO (MOBI-Rio) SRP N.º 90XXX/2026, encontram-se regularmente quitados. Conforme previsto no subitem _____ do edital de PREGÃO ELETRÔNICO CMTC - RIO (MOBI-Rio) SRP N.º 90XXX/2026 encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao mês de __mês__/__ano__.

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO IX

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ *[órgão ou entidade licitante]*, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, _____de _____de _____.

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO X

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
## DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017

(em papel timbrado da empresa)

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC-RIO (MOBI-Rio)
Licitação por PREGÃO ELETRÔNICO MOBI-Rio N.º 0000/20_____.

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n° _____.

*[endereço da sociedade empresarial]*

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____
AGENTE PÚBLICO (Nome, cargo, matrícula e lotação)

_____
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

## ANEXO XI

## MATRIZ DE RISCOS

| TABELA 01- RISCOS ECONÔMICO - FINANCEIROS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **Definição do risco** | **Descrição** | **Alocação** | **Ações** |
| 1. | Ausência da disponibilidade de recursos | Descumprimento do responsável pelo custeio da operação com suas obrigações financeiras | **Compartilhado** | Ambas as partes deverão arcar com seus respectivos custos e manter disponibilidade de caixa suficiente para aquisição dos equipamentos nos termos da legislação vigente. |
| 2. | Variação de custos | Alterações e flutuações de mercado nos custos dos itens que compõem a proposta da Contratada, principalmente do dólar, combustível/aditivos e custos de manutenção. | **Contratada** | A Contratada deverá absorver tais variações. |
| 3. | Custos adicionais | Surgimento eventual de necessidades da Contratante que importem em custos não previstos no orçamento | **Contratante** | Repactuação ou reequilíbrio do contrato. |
| 4. | Taxas de Juros | Variação da taxa de juros | **Contratada** | A Contratada será responsável pelos custos financeiros de suaoperação. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5. | Alteração da Carga Tributária | Risco de criação de novos tributos acarretando aumento dos custos da operação | **Contratada** | A Contratada deverá absorver alterações na carga tributária, inclusive relativamente a tributos do município do Rio de Janeiro. |
| 6. | Custos trabalhistas | Risco de ações trabalhistas movidas pelos empregados daContratada | **Contratada** | A Contratada deverá manter estrita observância da legislação trabalhista, previdenciária e sindical, arcando com eventuais custos de ações movidas por seus empregados. |

**TABELA 02- RISCOS AMBIENTAIS, OPERACIONAIS E CIVIS**

| | **Definição do risco** | **Descrição** | **Alocação** | **Ações** |
|---|---|---|---|---|
| 1. | Existência de passivos ambientaisnão conhecidos nas dependências da armazenagem dos produtos da Contratada | Custos não previstos para aremediação do dano e atendimento das normas ambientais | **Contratada** | A Contratada deverá monitorartodos os passivos ambientais e evitar a ocorrência de danos. |
| 2. | Descarte inadequado de resíduos oriundosda limpeza e Manutenção nas dependências da Contratada | Custos de multas ou ações civis públicas por descarte inadequado | **Contratada** | A Contratada deverá manter a fiel observância dalegislação ambiental. |
| 3. | Riscos na entrega do produto | Falta de aterramento no veículo de entrega para os tanques de combustível, falta de extintores, vazamentos | **Contratada** | A Contratada deverá cumprir todas as normas de segurança na |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | no caminhão, sinalizadores (cones e afins) | | prestação dos serviços, sob pena de arcar com eventuais indenizações oriundas do descumprimento destas. |
| 4. | Riscos trabalhistas (equipamentos de proteção) | Ausência dos EPI's e uniforme completo | **Contratada** | A Contratada deverá cumprir todas as normas de segurança na prestação dos serviços, sob pena de arcar com eventuais indenizações oriundas do descumprimento destas. |
| 5. | Riscos geológicos | Risco de condições adversas do solo ou terreno que poderiam acarretar acréscimos imprevistos no custo dos serviços | **Contratada** | Repactuação oureequilíbrio do contrato<br>Art. 81, p 8, 13303/16 |
| 6. | Ocorrência de sinistros relativos ao transporte do objeto do contrato | Risco de ocorrência de acidentes envolvendo os equipamentos e empregados da Contratada no transporte | **Contratada** | A Contratada será responsável pela contratação dos seguros pertinentes, sendo responsável exclusiva por arcar com eventuais indenizações. |
| 7. | Ocorrência de outros sinistros | Risco de ocorrência de acidentes viários, estruturais e demais sinistros passíveis de cobertura por seguro, relacionados ao objeto do contrato | **Contratada** | A Contratada será responsável pela contratação de seguro de responsabilidade civil e |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | riscos operacionais, sendo responsável exclusiva por arcar com eventuais indenizações. |
| 8. | Atos culposos da contratada | Risco de imperícia, imprudência ou negligência da Contratada que importem em prejuízo para a Contratante ou para terceiros | **Contratada** | A Contratada deverá se responsabilizar pelas suas ações e de seus empregados na execução do objeto |

**ANEXO XII**

**Modelo referente ao Item 14.1.1 do Edital (Declaração dos itens para os quais oferecerá proposta)**

**(em papel timbrado da empresa)**

[**denominação/razão social da sociedade empresarial**], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu(sua)representante legal o(a) Sr(a).____, portador(a) da carteira de identidadenº_e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item 14.1.1 do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC - RIO (MOBI-Rio) Nº 90XXX/2026** e sob as penas da lei, estar oferecendo proposta para os itens listados abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO MATERIAL | QUANTIDADE (UNIDADE) |
|---|---|---|
| | | |
| | | |
| | | |

Rio de Janeiro,_____de_____de 2026.

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

OBS: A licitante deverá listar todos os itens para os quais cadastrou proposta no Sistema COMPRASNET e não somente os itens para os quais tenha ofertado os melhores lances.

ANEXO XIII

ANEXO I-C – AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019

(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a)_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº 46.785/2019, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS – CMTC – RIO (MOBI-Rio), representado (a) pelo(a) _____ [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº_____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro, ___ de _____de____.

_____

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, cargo e carimbo da empresa)